



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 624 - DE 6 DE DEZEMBRO DE 2020 A 8 DE JANEIRO DE 2021 - R\$ 4,00

Terminou a bandalheira eleitoral, e os explorados se veem diante do abismo da miséria e fome

**A pandemia continua matando
centenas todos os dias.**

**Pelo fim da guerra da vacina! Que a população seja
vacinada gratuitamente sem mais demora!**

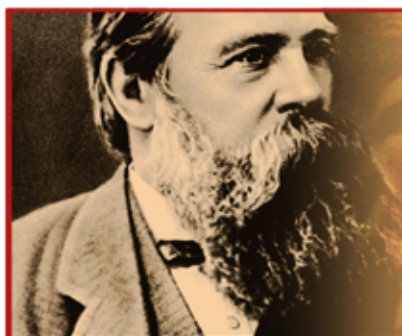
**QUE AS CENTRAIS, SINDICATOS E MOVIMENTOS CONVOQUEM AS
ASSEMBLEIAS E ORGANIZEM A LUTA NACIONAL PELOS EMPREGOS,
SALÁRIOS, DIREITOS E SAÚDE PÚBLICA!**

**Não à reforma administrativa, ditada pelo grande
capital e credores da dívida pública!**

**DERROTAR O PLANO DE PRIVATIZAÇÃO
DE BOLSONARO E CONGRESSO NACIONAL!**

Libertar os sindicatos da política de conciliação de classes!

**Enfrentar a burguesia e o imperialismo, sob a
bandeira do governo operário e camponês!**



**Bicentenário do nascimento
de Friedrich Engels**

Viva o socialismo científico!

**Lutemos sob o programa da
revolução e ditadura proletárias!**

O que os trabalhadores têm pela frente

Nem bem as eleições foram concluídas, o noticiário retomou os tétricos números da pandemia. A contaminação continua fora de controle. As mortes diárias se mantêm em altos patamares. Os leitos e UTIs voltaram a ser preenchidos. O governo de São Paulo anunciou a volta de ações destinadas ao isolamento social. O prefeito reeleito, Bruno Covas, fez um discurso de posse contra o “negacionismo”. O ministro da Saúde, general Pazuello, avaliou que não há com o que se preocupar. A posição de Bolsonaro é a de que não permitirá retroceder da normalidade. Covas se arrependeu do que disse, e procurou se reconciliar com Bolsonaro. Esses foram os primeiros dias do pós-eleições.

Os explorados, pobres e miseráveis, foram arrastados pela política burguesa, sem ter a mínima noção de que suas condições de existência vão piorar, em vez de melhorar. O reformistas e centristas, que foram arrasados eleitoralmente, se encontram presos à camisa de força das desavenças dos governantes, serviçais do grande capital. Acompanhando e refletindo as brutais consequências econômicas e sociais, as direções sindicais seguem passivas, e voltadas a manter a classe operária desorganizada, temerosa e acantonada. Ressentiram-se da derrocada do PT, que comanda boa parte dos sindicatos, e a mais importante central, que é a CUT.

Em meio à pandemia, a burocracia sindical, de todas as vertentes políticas, se dispôs a colaborar com a diretriz governamental, que determinou um plano emergencial claramente antioperário e antipopular. Agiram como agentes do patronato, na aplicação da MP 936. Assim, a maioria oprimida entrou e saiu das eleições, carregando o pesado fardo das demissões, das perdas salariais e da quebra de direitos trabalhistas. Saiu das eleições desorganizada e desmobilizada, diante da marcha da crise econômica, que continuará no próximo ano a destruir postos de trabalho, a sustentar bem no alto o desemprego, o subemprego, a miséria e a fome. E, por algum tempo ainda, será a principal vítima da pandemia.

A guerra da vacina entre Bolsonaro e governadores, entre os laboratórios e entre as potências capazes de produzi-la, evidencia a lei econômica de que sempre os interesses dos capitalistas estarão acima das necessidades da maioria explorada. Os bandos de abutres armaram uma guerra comercial em torno à vacina, em disputa pela maior lucratividade. Aproveitam a inércia das massas e a colaboração de suas direções, para imporem condições à esmagadora maioria dos países de economia atrasada e semicolonial. E seus governos títeres, como os do Brasil, se sujeitam à bárbara guerra comercial e disputas estratégicas pelo mercado mundial.

Vimos e vemos que não há como desvincular os efeitos sanitários da pandemia dos efeitos de ordem econômica e social. Em outras palavras, entre a doença, o desemprego, o salário e a miséria. Os credores da dívida pública, internos e externos,

perseguem um único objetivo: manter o saque do Tesouro Nacional. O argumento, agora, é o de que os gastos com a pandemia exigem reativar o plano de privatização, e pôr na ordem do dia as contrarreformas, a começar pela reforma administrativa.

A burguesia não aceita aumentar a carga tributária acima do que seja possível transferir para as massas consumidoras. A orientação é concentrar as ações no leilão dos Correios, Eletrobrás, Petrobrás, etc. O ataque ao funcionalismo é parte desse plano. É preciso ainda ter claro que se avançará a terceirização nas modalidades de trabalho online.

O processo de precarização das condições de trabalho sofrerá um salto, caso a classe operária e demais explorados não reajam prontamente. A elevação dos preços da cesta-básica e da tarifa de energia elétrica atingirão mais duramente ainda a vida dos trabalhadores. O fim do auxílio emergencial, de míseros R\$ 300,00, golpeará milhões, que vivem abaixo da pobreza absoluta. São os efeitos perversos do capitalismo em decomposição, baseado na extrema concentração de riqueza, de um lado, e expansão da pobreza, de outro.

A vanguarda com consciência de classe tem pela frente a tarefa de retomar o combate em duas frentes: contra os ataques do governo e da burguesia; e contra a política de conciliação de classes dos partidos reformistas e das burocracias sindicais.

O Partido Operário Revolucionário chama os trabalhadores a exigirem que os sindicatos, as centrais sindicais e os movimentos rompam com a política de colaboração com os exploradores, e iniciem imediatamente a organização da luta nacional pelos empregos, salários, direitos e saúde pública; pelo fim das privatizações e pela reestatização das já privatizadas; pela derrubada das contrarreformas; pelo não pagamento da dívida externa.

Diante do desemprego massivo, a resposta operária é redução da jornada sem redução dos salários, estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho; constituir comitês de empregados e desempregados.

Diante da alta do custo de vida, reposição de todas as perdas salariais, salário mínimo vital e escala móvel de reajuste.

Diante do parasitismo financeiro e do saque imperialista, estatização e nacionalização, sob o controle operário.

Essa plataforma de reivindicações permite organizar um movimento unitário em todo o país, contra o avanço da fome e miséria, e rechaçar os novos ataques do governo e da burguesia. Basta que os sindicatos, centrais e movimentos convoquem assembleias e impulem a organização independente, para que se reinicie o movimento de resistência dos explorados. O POR coloca para os explorados, não apenas a necessidade de se defenderem, mas também de marcharem pelo fim do capitalismo, lutando sob a bandeira do governo operário e camponês, ditadura e revolução proletárias.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

2º turno das eleições municipais confirma o predomínio das oligarquias

Os partidos que concorreram nas eleições fizeram os seus balanços. Aqueles que não se pronunciaram diretamente contaram com a avaliação da imprensa, que dedicou um bom espaço para jornalistas especializados, cientistas políticos, pesquisadores e acadêmicos. As correntes de esquerda não poderiam deixar de apresentar suas considerações. Em alguns aspectos, há uma quase unanimidade. Bolsonaro, que não tem partido, não conseguiu obter votos para os candidatos que tiveram o seu apoio. O exemplo mais flagrante se encontra na derrocada de Celso Russomano, dos Republicanos, em São Paulo. Os partidos do denominado “Centrão” seriam os grandes vencedores. Os partidos tradicionais, como o MDB e PSDB, não se saíram tão mal. O PT expôs a continuidade de seu declínio eleitoral, podendo ser considerado também como um grande derrotado.

Nesse quadro, quase que inteiramente compartilhado pelos balanços dos porta-vozes da burguesia e das esquerdas, se movem as várias considerações, cujas diferenças não são significativas. A imprensa enfatizou a tese de que a população rejeitou os extremos: nem bolsonarismo, nem petismo. A maioria das correntes, que compõem o campo das esquerdas, colocou maior peso na derrota de Bolsonaro. Ao mesmo tempo, explicou que a queda do PT se deve à sua política de conciliação de classes. É claro que sempre há uma ovelha desgarrada do rebanho das esquerdas, que comete desatinos em suas confusas e aleatórias avaliações. Isso, principalmente, no que diz respeito ao descenso do PT. PCO chega ao ponto de acusar as “esquerdas” de preferirem “Bolsonaro e seus ‘cachorros-loucos’ aos petistas”. Excetuando desatinos e estupidez desse tipo, prevalece a tese acima descrita.

O PT procurou minimizar seu desmoronamento, com a perífrase “vitória tática limitada”. Denuncia que “parte da esquerda, e toda a direita se unem em um balanço unânime sobre o PT e sua perda de espaço político”. O seu balanço oficial será realizado no início de dezembro, como foi anunciado. As correntes internas terão de lamber suas próprias feridas e as do PT. O PSTU foi o que mais se aproximou da análise da derrota de Bolsonaro e derrocada eleitoral do PT. Quanto ao “Centrão”, afirma que “teve um desempenho contraditório”, uma vez que alguns partidos avançaram, outros, retrocederam. Com isso, procura explicar que “o lugar da antiga polarização entre PT e Bolsonaro em 2018” resultou em “enorme fragmentação eleitoral”. Converte, nesse sentido, com os comentários da imprensa.

Falta, nesse quadro de avaliação, a incógnita PSOL, ou seja, o significado de uma ou outra vitória, mas principalmente o desempenho de Guilherme Boulos, em São Paulo. Não tivemos acesso a um balanço da direção nacional do partido. O seu principal dirigente, Juliano Medeiros, considera que, apesar da escassez numérica de prefeituras conquistadas, o PSOL saiu vitorioso entre as esquerdas. Essa avaliação foi difundida por representantes da grande imprensa. A tese é a de que desponta um novo fenômeno político à esquerda. O próprio Medeiros diz: “Uma campanha vitoriosa como essa faz avançar esse projeto de reorganização da esquerda, e uma estratégia de enfrentamento e de crítica às desigualdades e às elites no Brasil”. É como se essas eleições fossem um marco, que

assinallasse um curso “pós-petista”. Essa exultante conclusão, no entanto, se baseia na figura ascendente de Boulos. Qualquer que seja o partido eleitoral de esquerda necessita de um caudilho, foi assim com Lula. O PSOL recorreu, na sua origem, à candidatura de Heloisa Helena à presidência da República, em 2006, por uma Frente de Esquerda, cujo resultado final foi desastroso, apesar de ter sido relativamente bem votada. É evidente o exagero de que o PSOL foi a “novidade emergente na esquerda”. O contraponto com o PT chega ao absurdo. A possibilidade de vir a ocupar o espaço do reformismo e burocratismo petista é quase nula.

As ilusões despertadas pela elevação meteórica de Boulos não correspondem a tamanho entusiasmo. Não se pode desconhecer a crise instalada no PSOL do Rio de Janeiro. O êxito em São Paulo favorecerá a ala direita do partido, que, no Rio de Janeiro, é repre-

Há que extrair o fundamental dos números. O que exige evidenciar o caráter de classe, que ditou o curso das eleições. O jogo de contar perdas aqui e vitórias ali desvia a tarefa principal de um balanço, que se aproxime ao máximo da realidade política e social.

sentada por Freixo. Não é desprezível o fato de Boulos ter contado com o apoio de um grupo de empresários, e de uma parcela da igreja evangélica. A frente que se formou no 2º turno tem caráter nitidamente de frente-popular. A presença do PDT, PSB e Rede envolveu a frente originária, formada pelo PSOL, PCB e UP, em uma atmosfera burguesa. É dispensável descrever, por outro lado, a aliança do PSOL com o PT e PDT, em municípios como Recife e Fortaleza. Esse tipo de transação entre o partido pequeno-burguês e os partidos burgueses (o PT é um partido que se aburguesou até a medula) não faz senão expor a sua dependência diante do reformismo e do nacionalismo. Os ataques desnorteados de PCO ao PSOL, de que serve à direita contra o PT e Lula, são elucubrações de seita.

Há que extrair o fundamental dos números. O que exige evidenciar o caráter de classe, que ditou o curso das eleições. O jogo de contar perdas aqui e vitórias ali desvia a tarefa principal de um balanço, que se aproxime ao máximo da realidade política e social. O mesmo se passa com o manejo dos conceitos ultradireita, direita, centro e esquerda. Os balanços se mostram condicionados pelo conteúdo de classe dos partidos da burguesia e da pequena-burguesia. Nesse sentido, uma primeira consideração é o reconhecimento de que esteve plenamente ausente um partido revolucionário com suas candidaturas. O POR cobriu essa ausência, mas lutando sob a bandeira do voto nulo. Chama a atenção que, em nenhum dos balanços das esquerdas, se menciona a política consciente, que rechaçou todas as variantes burguesas e pequeno-burguesas, defendendo a independência de classe do proletariado e demais explorados. Devido ao seu caráter embrionário, o POR não poderia influenciar as massas a se colocarem pelo voto nulo. Apesar de a pandemia alimentar a abstenção, houve o reconheci-

mento de que foi uma das mais altas taxas. A média nacional no 2º turno foi de 29,43%, e, no 1º turno, 23,14%. No Rio de Janeiro, atingiu 35,5%, e em São Paulo, com toda a polarização, chegou a 30,8%. Bruno Covas obteve 3,1 milhões de votos, as abstenções, nulos e brancos alcançaram a marca histórica de 3,6 milhões. De forma que a campanha do voto nulo do POR expressou o descontentamento de uma importante parcela dos explorados com a política burguesa.

Os balanços das esquerdas centristas – somente o PSTU deu importância à grande abstenção, votos nulos e brancos – deixam de avaliar o seu próprio desempenho, em meio a essa situação. Evitam explicar por que receberam uma votação tão ínfima, e ocuparam um lugar politicamente medíocre. Em seus balanços, é como não existissem. Procuram avaliar os resultados eleitorais como se não tivessem participado com suas candidaturas, e como se fossem comentaristas de fora do processo. Não só o PT e PCdoB foram perdedores; os seus críticos mordazes não conseguiram dar um só passo à frente. Não podem admitir que não expressam uma tendência dos explorados, que sobrevivem na sombra do reformismo, e que não conseguem superar a orientação eleitoral oportunista. Chega a causar aversão ver que, no balanço do jornal “Esquerda Diário”, se ataca o PSOL porque “optou por construir uma frente ampla com partidos burgueses e golpistas”, sendo que o MRT lançou candidaturas agregadas (parasitárias) por meio desse partido. Em seu balanço, diz que batalhou “por uma política de independência de classe”, ocultando sua dependência ao PSOL. Esconde, vergonhosamente, o seu voto.

Como se pode observar, um balanço pode expressar a política burguesa, pequeno-burguesa oportunista, e proletária. O que distingue a última das demais é que se esforça por evidenciar as raízes de classe das eleições, as forças burguesas dominantes, a impotência do reformismo, e o oportunismo daqueles que se apresentam como socialistas em palavras. A essência dessas eleições municipais se encontra na constatação de que os velhos partidos oligárquicos e seus derivados impuseram uma derrota, em grande escala, ao reformismo petista, e a todos aqueles que necessitam se abrigar em sua sombra. Esse é o ponto de partida obrigatório para se ter claro sob que política, e para onde o aparato eleitoral da burguesia arrastou a maioria da classe operária e demais explorados. Somente assim se pode verificar que partido ou quais partidos burgueses se beneficiaram das eleições. Caso contrário, o jogo dos números ocultará a raiz de classe e as forças burguesas em disputa

Esse balanço, que se distingue dos balanços dos agentes da burguesia, dos reformistas e da esquerda centrista, confirma a tese marxista de que as eleições são um terreno de disputa interburguesa, e que a participação do partido revolucionário está condicionada a poder lutar pela independência política dos explorados, e desenvolver a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

pelo poder. Basta o 1º turno para constatar que os velhos partidos da burguesia e seus derivados conquistaram 4.357 municípios. A esquerda reformista e nacionalista (PT, PCdoB, PSOL, PDT, PSB) conseguiu apenas 790 do total de 5.568 municípios. O 2º turno confirmou essa tendência esmagadoramente majoritária dos explorados serem arrastados por trás da miríade de partidos burgueses.

Se formos mais rigorosos, podemos agregar o PDT e PSB (embora este tenha sofrido revés no geral, mas ganhou a disputa em Recife) ao campo mais amplo dos partidos burgueses vencedores, configurando-se como a sua ala mais à esquerda. Os traços de reformismo e nacionalismo desses partidos são tênues. Mas, de qualquer forma, procuram uma aliança com o PT, que se aburguesou e procura manter-se à esquerda desses possíveis aliados.

A evolução política do PT indica que tem abandonado progressivamente o seu reformismo original. O PSOL é um rebento, que se esforça por encarnar as teses reformistas, quase que abandonadas pelo PT. A esquerda centrista – PSTU e PCO – nada representam eleitoralmente. As variantes do estalinismo – PCdoB, PCB e UP – são tributárias do reformismo petista ou do psolismo. Também não têm expressão eleitoral. A conclusão desse quadro é visível: o predomínio dos partidos burgueses e oligárquicos foi de uma notável vastidão, de um lado; e o declínio do reformismo se configura como sua contrapartida, de outro.

Não basta constatar a reconquista pelos partidos da burguesia do pouco terreno que havia perdido para o reformismo. O PT e aliados nunca foram fortes no plano municipal, onde prevalecem os poderes locais oligárquicos, mas, desde as eleições de 2016, vêm recuando. A crise econômica e política, que tomou conta do segundo mandato de Dilma Rousseff, e que resultou em seu impeachment, pôs às claras os pés de barro do reformismo. A prisão de Lula levou ao auge a decomposição do PT. A frente burguesa golpista conseguiu atingi-lo profundamente, sem que a classe operária e demais explorados viessem em seu socorro. O reformismo transpareceu sua impotência diante do capitalismo em decomposição, do poder oligárquico e da opressão imperialista. Essa síntese permite compreender por que o reformismo, cuja política se assenta na colaboração de classes, perdeu sua base de apoio em importantes camadas das massas, principalmente no proletariado. Essa constatação evidencia o esgotamento histórico do PT, o que não quer dizer que não tenha sobrevida política.

É indispensável ainda considerar o impacto da pandemia nas eleições municipais. O PT e toda a esquerda se alinharam por detrás da política burguesa do isolamento social, confundindo-a com o fundamento científico de medidas que arrefecem a transmissão do vírus. A consequência foi que seguiram a diretriz dos governadores, como se estivessem enfrentando, de fato, a posição de Bolsonaro. Ao não se manifestarem com uma resposta própria e independente, permitiram que a população ficasse subordinada às disputas interburguesas. A capitulação teve maior alcance. O braço sindical do reformismo foi utilizado para aplicar o plano de emergência de Bolsonaro e do Congresso Nacional. Diante de uma onda de demissão em massa, as centrais, sindicatos e movimentos

Adquira com o distribuidor: R\$35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

permaneceram passivos. Diante da aplicação da MP 936, foram tão ativos que recorreram às assembleias virtuais, para legitimar a imposição de medidas de redução salarial e quebra de direitos. Os explorados, assim, foram convocados a eleger os candidatos na condição de cordeiros. Desnorteados, confundidos, amedrontados e encurralados, ficaram inteiramente sujeitos aos aparatos dos partidos burgueses, e das forças obscurantistas que controlam a vida social dos bairros operários, das favelas e cortiços. As massas se deslocam eleitoralmente à esquerda no caso de estarem em conflito com a burguesia, e esperançosas de encontrar uma nova política, que imaginam que poderia resolver seus problemas imediatos. Caso contrário, as massas continuam presas às pressões dos velhos partidos, e do poder econômico correspondente. A política de colaboração de classes amarró os pés e as mãos da maioria oprimida, diante dos ataques da burguesia e de seus governos. Inevitavelmente, essa traição iria se manifestar nas eleições.

Esse balanço, que se distingue dos balanços dos agentes da burguesia, dos reformistas e da esquerda centrista, confirma a tese marxista de que as eleições são um terreno de disputa in-

terburguesa, e que a participação do partido revolucionário está condicionada a poder lutar pela independência política dos explorados, e desenvolver a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Nas condições históricas de desenvolvimento embrionário do POR, a defesa do voto nulo correspondeu a esse fundamento. Sabemos, perfeitamente, que não pesou nos resultados eleitorais, mas pesou enormemente no combate da vanguarda com consciência de classe, que se dedica a pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista.

O próximo período será de aprofundamento da crise econômica e política. O proletariado e demais explorados se verão na necessidade de empunhar seu programa próprio, e caminhar com suas próprias pernas. As massas vão se chocar com os partidos dominantes da burguesia. Os prefeitos logo serão desmascarados. Essa é a tendência objetiva da desintegração do capitalismo. O problema continuará sendo o reformismo, que controla e desnatura os sindicatos e movimentos. Esse balanço, portanto, servirá de guia para organizar a luta dos explorados contra o poder da burguesia, para enfrentar a política de colaboração de classes do reformismo.

Direita e esquerda nas eleições municipais de São Paulo

A luta do POR pela independência política dos explorados

27 de novembro de 2020

Nas vésperas da votação do 2º turno, a candidatura da direita burguesa, representada por Bruno Covas, PSDB, acirrou os ataques à candidatura da esquerda pequeno-burguesa, encarnada por Guilherme Boulos, PSOL. O candidato opositor surpreendeu, ao ultrapassar o candidato bolsonarista, Celso Russomano, dos Republicanos, mas surpreendeu ainda mais, ao diminuir, sensivelmente, a diferença com Covas na disputa final. Esse é o motivo pelo qual o candidato do PSDB – escorado pelo governador João Doria, pela grande maioria do empresariado, pela maior parte das igrejas evangélicas, e pelos aparatos dos bairros manejados pelas subprefeituras, bem como amparado por um rio de dinheiro, que lhe permite colocar batalhões de cabos eleitorais nas ruas – tem sido obrigado a reforçar os ataques a Boulos, visando a atingir camadas da classe média, que alimentaram a campanha do candidato do PSOL.

Embora seguro da vitória, Covas passou a temer o adversário, no momento em que se constituiu a frente PSOL, PT, PCdoB, PDT e PSB. O que permitiu uma aproximação, ainda que pequena, de um grupo de empresários, que se animou a publicar um manifesto de apoio a Boulos, deixando claro que não tem receio quanto às denúncias de Covas, de que seu adversário é radical, inexperiente e incapaz de administrar uma cidade tão complexa como São Paulo.

É próprio das campanhas eleitorais os ataques sem princípios, mentiras e falsificações. Esse componente serve para confundir as massas, e arrancar votos do adversário. Isso se passa também com determinadas verdades sem importância, e manipuladas como se fossem fundamentais para a decisão dos eleitores. O essencial que define o caráter de classe, de qualquer que seja o novo governo eleito, permanece oculto. Sob as eleições, por mais democráticas que sejam, as massas são arrastadas pela força dos aparatos, que espalham meias-verdades e mentiras, que dizem respeito à disputa

política entre os partidos da ordem e aos interesses da burguesia.

Nota-se que a grande imprensa está a favor de Covas. Carrega as pressões sobre o candidato do PSOL, favorecendo a estratégia de campanha do candidato do PSDB, que centrou os ataques contra um suposto radicalismo. Concentrada nessa linha de falsificação, vai à procura de uma contradição inexistente, entre o programa eleitoral do PSOL e os pronunciamentos de Boulos. O radicalismo estaria no fato de ser liderança do Movimento Sem-Teto (MTST), responsável pelas ocupações de terrenos e prédios, por manifestações e bloqueios. Estaria aí a violação da propriedade privada. Dessa denúncia, se dá um salto à qualificação de socialista, comunista. Esse é o conteúdo direitista e reacionário dos ataques

Pressionado, necessitado de apoio da pequena-burguesia, e voltado a conseguir a adesão de uma parte dos empresários, Boulos se viu obrigado a expor sua real posição política, e seu lugar na luta de classes.

de Covas a Boulos. O fundamental, no entanto, é que se cria uma imagem do adversário, que não tem nada de verdadeira.

Pressionado, necessitado de apoio da pequena-burguesia, e voltado a conseguir a adesão de uma parte dos empresários, Boulos se viu obrigado a expor sua real posição política, e seu lugar na luta de classes. Procurou se livrar da pecha de radical, violador da propriedade privada e comunista. Sua vida esteve inteiramente voltada a combater as desigualdades e as injustiças sociais, e a defender a democracia. Assim, abraçou a causa específica dos sem-teto. Organizou o MTST, para obter do Estado as moradias populares. Não há, portanto, nada de radical em se identificar com a população pobre, que passa por necessidades, e lutar para que se diminua a desigualdade social.

Boulos promete, se eleito, inverter as prioridades na destinação dos recursos públicos. Em vez de favorecer empreiteiras, especuladores e grupos financeiros, orientaria a administração

municipal para a solução dos problemas da periferia. Essa ditretriz demarcaria a diferença entre a sua candidatura e a de Covas. Ao contrário de incentivar a radicalização dos sem-teto, haveria pacificação, uma vez que a Prefeitura estaria voltada a resolver o precipício da desigualdade, contando com a participação da população sofrida da periferia. Esse objetivo se tornaria realizável, com a implantação da democracia popular, que levaria ao controle social do orçamento e das políticas públicas.

As correntes que trabalharam por transformar o socialismo em reformismo concluíram como agentes da burguesia, e traidores da classe operária. A tese de desconcentrar riquezas para alcançar a igualdade social, nos marcos do capitalismo, é burguesa e contrarrevolucionária.

Com o evangelho pequeno-burguês da igualdade de direitos e oportunidades, Boulos se diz socialista. Se o objetivo de combater a desigualdade, como política de Estado, caracteriza o socialismo, então, todos aqueles que não admitem o precipício que separa a minoria privilegiada da maioria, que sofre com a desigualdade, seriam socialistas. A troca de governo, na maior cidade do país, representaria a substituição de uma política, que mantém e reforça a desigualdade e a injustiça social, por outra, que se voltaria às necessidades da grande maioria que vive nas periferias. Ao invés de favorecer empreiteiras e determinados grupos econômicos, como tem feito o governo do PSDB, ele, Boulos, se eleito, daria prioridade às causas populares. A ordem da escala de valor a ser invertida é a que coloca a vida acima dos lucros. Essa orientação levaria à distribuição de riqueza, em contraposição à concentração. Nisso consiste, em resumo, o seu entendimento como socialista.

O governo que se guia por essa orientação tem de alterar o funcionamento da democracia, que deixará de ser dirigida pela minoria. A democracia idealizada por Boulos se assentaria em um poder popular. Reconhece que esse objetivo programático já foi posto em prática pela sua vice-prefeita, Luiza Erundina, mas foi interrompido. Os tais dos conselhos populares e do orçamento participativo seriam retomados, na administração de Boulos. Assim, a derrota eleitoral de Covas permitiria reatar o elo histórico do poder popular, formulado e posto em prática pelo PT. Boulos não vê necessidade de explicar por que houve a interrupção do trajeto reformista do PT, de onde surgiu o PSOL. As massas da periferia e uma parcela da classe média elegeram Erundina, Marta Suplicy e, finalmente, Haddad, munidos desse mesmo evangelho social e de boas promessas de combate à desigualdade.

Boulos não tem como diferenciar seu socialismo democrático – na linha do norte-americano Bernie Sanders – do democrático e popular, fartamente apregoado pelo PT. O candidato do PT, Jilmar Tatto, foi varrido nas eleições, no entanto, a política democrática e popular do reformismo petista se manteve encarnada pelo candidato do PSOL. No fundo, se retomou a polarização entre a direita liberal e a esquerda reformista, sendo que ambos fazem parte do espectro da política burguesa. A propaganda de que o líder do MTST expressaria uma nova política, assentada no socialismo democrático, é falsa. É tão falsa quanto as acusações de Covas, de que seu adversário nas eleições é radical e extremista.

2do turno Eleições Municipais

A propaganda de Boulos – voltada em especial para um setor da classe média –, de que o socialismo corresponde a um novo modelo de sociedade, em que os lucros ficarão abaixo da vida, que as relações sociais serão presididas pela solidariedade, que a democracia não se resumirá a eleições periódicas, e que as massas populares decidirão, em última instância, os passos da governabilidade, constitui uma flagrante impostura. De fato, Boulos não é radical, muito menos socialista. O que entende por socialismo se resume ao velho e putrefato reformismo burguês.

Covas diria uma verdade, se acusasse Boulos de reformista. E Boulos se apresentaria com sua verdadeira identidade, se defendesse o reformismo. A direita e a ultradireita burguesas são antir-reformas, encarnam as contrarreformas, que, como tais, quebram e eliminam antigos direitos trabalhistas e sociais, conquistados pela classe operária e demais explorados. A esquerda burguesa, seguida da pequeno-burguesa, é incapaz de se apoiar na luta de classes para impor reformas à burguesia. Por que, então, o reformismo não assume diante das massas sua real identidade? Porque sabe perfeitamente que o capitalismo em decomposição não comporta verdadeiras reformas. O reformismo pequeno-burguês não quer se apresentar como tal, e veste a máscara do socialismo, colando-lhe ou não o adjetivo democrático.

Ocorre que, tanto o reformismo, quanto o socialismo, percorreram um longo caminho histórico. As correntes que trabalharam por transformar o socialismo em reformismo concluíram como agentes da burguesia, e traidores da classe operária. A tese de desconcentrar riquezas para alcançar a igualdade social, nos marcos do capitalismo, é burguesa e contrarrevolucionária. É burguesa, porque preserva os interesses dos capitalistas; é contrarrevolucionária, porque desvia e obstaculiza a luta do proletariado por suas reivindicações mais elementares, pela conquista do poder do Estado, e pela expropriação da propriedade privada dos meios de produção.

A classe operária, para conquistar sua independência, teve e tem de lutar, tanto contra a direita e ultradireita burguesas, quanto contra a esquerda burguesa e pequeno-burguesa. O denominado socialismo democrático, ou simplesmente o socialismo reformista, se constituiu como um instrumento de combate da burguesia ao socialismo científico, edificado por Marx e Engels, e desenvolvido por Lênin e Trotsky, e outros verdadeiros comunistas. A degeneração estalinista do partido bolchevique e do Estado operário na ex-União Soviética possibilitou uma confusão ideológica, movida por agentes da burguesia, entre socialismo democrático e “socialismo real”. A desorganização da classe operária e a ausência de partidos revolucionários, em um período marcado pela restauração capitalista, facultaram uma ofensiva ideológica da burguesia e do imperialismo contra o marxismo-leninismo-trotskismo.

Os reformistas da atualidade se valem desse retrocesso para reviver o cadáver dos revisionistas do marxismo. O PSOL e seu candidato fazem parte dessa tendência política, que mascara seu conteúdo histórico contrarrevolucionário, com um reformismo disfarçado de socialismo. O desvio de uma parte da vanguarda para o eleitoralismo e para a subordinação da luta de classes à democracia burguesa contribuem para retardar a organização independente do proletariado e, portanto, dificultar ainda mais a marcha histórica da revolução proletária.

O reformismo pequeno-burguês é pródigo em argumentar que não estamos diante da revolução social, e que, assim, a tarefa deve ser a de desenvolver uma espécie de democracia baseada em

um poder popular, que se manifestaria por meio dos movimentos e consultas populares (plebiscito, referendo). Essa ilusão burguesa foi às últimas consequências com o PT, cujos resultados foram o fortalecimento da burocracia sindical, das direções corporativas dos movimentos, dos bloqueios à unidade revolucionária dos explorados diante da necessidade de se lutar pelas reivindicações mais elementares, e da canalização das massas para o eleitoralismo e parlamentarismo.

No período da pandemia, que ainda não se esgotou, reformistas e socialistas democráticos se submeteram à política burguesa do isolamento social, e das decisões antioperárias do Congresso Nacional, a exemplo da MP 936. As direções sindicais recorreram às “assembleias” virtuais, para justificar a capitulação, como tendo sido amparada pela decisão democrática dos trabalhadores. A verdadeira democracia proletária foi completamente anulada, de maneira que o patronato pôde demitir em massa, reduzir salários e liquidar direitos, sem que houvesse um mínimo de resistência coletiva dos explorados. Inclusive a Prefeitura e o governo do estado usaram a força para cumprir ordens de despejos de ocupações, realizados aos olhos do MTST.

Assistimos, na disputa eleitoral, à farsa de Covas e Boulos sobre o que foi feito e o que não foi feito, para combater a pandemia e defender a vida acima dos lucros. É fácil, portanto, expor planos administrativos à população passiva, atomizada, temerosa e acuada pelo avanço do desemprego, da informalidade, da pobreza, miséria e fome. Covas diz que fez muito pela população, mas que tem muito mais a fazer. Boulos, por outro lado, afirma que não se fez nada em favor da periferia, e que fará o que Covas não fez.

Esse circo de promessas e mentiras está para ser concluído. Em seguida, a periferia – operários, ambulantes, desempregados, famintos, doentes, desassistidos e desesperados – continuará a refletir as consequências da brutal exploração capitalista. Os serviços públicos continuarão sendo usados por empresários parasitas, que oferecem seus serviços ao governo de plantão.

A historieta de um socialismo que coloca a vida acima dos lucros não resiste à mínima prova dos fatos, em outras palavras, das leis econômicas e sociais que regem a sociedade de classes. A realidade, nua e crua, se estampa na crise estrutural do capitalismo, cujas consequências aparecem na forma de destruição maciça de forças produtivas, de mutilação em grande escala da força de trabalho, de redução do valor da força de trabalho, e do firme avanço da barbárie social.

Os pretensiosos reformadores tiveram a chance de demonstrar se eram capazes ou não de organizar a maioria oprimida contra a burguesia e seus governos, no momento em que o governo do PT afundou, sobreveio o golpe de Estado, e os governos de direita e ultradireita passaram a impor as contrarreformas.

Os pretensiosos reformadores tiveram a chance de demonstrar se eram capazes ou não de organizar a maioria oprimida contra a burguesia e seus governos, no momento em que o governo do PT afundou, sobreveio o golpe de Estado, e os governos de direita e ultradireita passaram a impor as contrarreformas. Não foram capazes de organizar o proletariado no campo da independência de classe, para impedir as reformas trabalhista e previdenciária, e a ampliação da terceirização. Traíram, recentemente, os operários da Ford, Volks, Embraer, etc. Os reformadores populares não fizeram nada para que os sindicatos e movimentos, que estão sob o seu controle, colocassem os empregos de milhões acima dos lucros da minoria capitalista. Essa é a verdade que a máscara do socialismo pequeno-burguês não tem como ocultar.

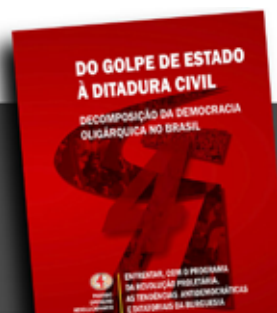
Em janeiro, prefeitos e vereadores tomam posse em 5.570 municípios. A imensa maioria continua sob o controle das oligarquias

regionais e locais. A esquerda reformista não teve como superar sua debilidade. A direita e a ultradireita burguesas, no final das contas, se unem para combater a revolta dos explorados. E o reformismo serve de amortecedor à luta de classes. Essas relações políticas não sofreram nenhum abalo. A classe operária vai se deparar com esse poderoso dique de contenção às suas necessidades elementares. Está previsto o recrudescimento da crise econômica e política no próximo período. Nova ofensiva das contrarreformas já está a caminho, ainda que retardada pela crise sanitária. A

reforma administrativa, principalmente, e o plano de privatização aguardam apenas o arrefecimento da pandemia, para serem impostos, a despeito da vontade da maioria e das necessidades nacionais do país. Acima de tudo, imperam a gigantesca dívida pública e o saque do Tesouro Nacional. O desemprego e subemprego continuarão atingindo e desintegrando a família dos trabalhadores. As eleições municipais ficarão para trás como um circo de mentiras e horrores.

A vanguarda com consciência de classe tem a tarefa de continuar a luta pela organização independente do proletariado, pela defesa das reivindicações que unificam a maioria oprimida, e pelo programa da revolução e ditadura proletárias. A parcela da vanguarda, que se subordinou à política eleitoral do reformismo e do centrismo de esquerda, deve se apoiar na experiência desse período, em que se combinou a crise sanitária e a crise econômica, e que desembocou no descarado eleitoralismo das correntes de esquerda, para elevar sua consciência de classe e se dirigir à tarefa de construir o partido operário revolucionário.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Por que as esquerdas se embaraçam no 2º turno

26 de novembro de 2020

O fato dos partidos de esquerda, que se reivindicam mais ou menos do socialismo, e às vezes da revolução, lançarem candidaturas próprias no 1º turno exige uma explicação inicial. Não chegaram a um acordo em torno à constituição de uma “frente de esquerda”. Houve quem desejasse uma unidade eleitoral entre correntes, não só opositoras aos partidos orgânicos da burguesia, como também ao PT. O jornal “Esquerda Diário” (MRT) aspirou reproduzir a experiência argentina da Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FET). Os representantes brasileiros do PTS da Argentina se “esqueceram” de que houve a tentativa de uma versão abasileirada nas eleições presidenciais de 2006. A frente constituída pelo PSOL, PSTU e PCB, tendo como candidata Heloisa Helena, acabou destroçada após o pleito, embora tivesse sido bem votada, e obtido a terceira colocação. É bom ainda considerar que a FET se constituiu, na Argentina, diante da lei eleitoral discricionária. A experiência, por outro lado, expressa a decadência da FET, dada a sua incapacidade de cumprir o papel de uma frente única de ação, e por ter se adaptado ao parlamento. Está clara a inviabilidade de se transportar mecanicamente o que se passa na Argentina para o Brasil. O PCB também almejou a constituição de uma frente de esquerda. Não podendo realizar o desejo, enfiou-se na frente comandada pelo PSOL, onde não havia como ter candidaturas próprias.

O essencial, no entanto, é entender por que, depois da malfadada a frente de esquerda de 2006, se tornou mais difícil a unidade eleitoral das esquerdas.

O essencial, no entanto, é entender por que, depois da malfadada a frente de esquerda de 2006, se tornou mais difícil a unidade eleitoral das esquerdas. Um dos principais motivos foi a avaliação de que apenas o PSOL se fortaleceu. Para o PCB, não foi um problema, mas sim para o PSTU. Não é preciso entrar em detalhes sobre a posição reacionária da candidata Heloisa Helena, que acabou rompendo com o próprio PSOL, e ingressando na Rede. O PCB permaneceu fiel ao PSOL, de maneira que participou nas eleições municipais de São Paulo, subordinado à candidatura de Boulos. O PSTU lançou a candidata Vera Lúcia. Os partidários do jornal “Esquerda Diário” se valeram, parasitariamente, do PSOL, para ter suas candidaturas agregadas. Caso seu desejo de uma frente de esquerda se concretizasse, estaria mais bem acomodado. O PCO nunca compôs a frente de esquerda. Isso por que sua política se mantém sob a sombra do PT. A frente de esquerda de 2006 era de oposição ao governo Lula. Um novo partido que se reivindica de esquerda, a Unidade Popular (UP), PCR, de origem estalinista, seguiu os passos do PCB, e se juntou ao PSOL, em São Paulo. Como se vê, a candidatura de Boulos foi amparada em uma frente. O PSTU se mostra mais propenso ao PSOL, e o PCO é descaradamente lulista. O número de votos obtidos por esses dois partidos foi ínfimo, confirmando sua pequenez eleitoral.

Agora, no 2º turno, essas correntes estão obrigadas a se posicionar pelo apoio, aberto ou camuflado, ou voto nulo. Nessa situação,

emerge com maior clareza o oportunismo eleitoral das esquerdas de conjunto, apesar de suas particularidades. O PSTU declarou “voto crítico” em Boulos. Ao contrário, PCO publicou em letras maiúsculas o voto nulo. O jornal “Esquerda Diário”, por sua vez, embromou com as críticas à aliança de Boulos com partidos burgueses (PDT, PSB). Com a técnica da embromação, se negou, pelo menos até agora, a se colocar pelo voto em Boulos ou voto nulo.

O centro da discussão sobre o 2º turno acabou sendo São Paulo, devido aos êxitos eleitorais do candidato do PSOL. No entanto, a questão não se atém a esse município. Em outras capitais, como Recife, Porto Alegre, Belém e Vitória, o PT, PCdoB e PSOL concorrem no 2º turno.

O PSTU declarou voto nulo no caso de Recife e Vitória, mas voto crítico em Porto Alegre e Belém. O seu critério de voto nulo se aplica apenas ao PT, como se o PCdoB não fosse um partido tão ou mais degenerado na política burguesa que o PT. É como se as mesmas críticas que o PSTU faz ao PT e PCdoB, que estão em lados opostos no Recife, não valessem para o PCdoB em Porto Alegre.

O PCO precisou fazer uma Conferência Nacional, para decidir sobre o segundo turno. Certamente, estiveram presentes no interior do partido forças centrífugas. Uma notícia, veiculada pelo PT, foi a de que PCO havia composto uma frente com o PSOL, PDT,

PSB, PCdoB e PCB, em Pelotas, Rio Grande do Sul, para apoiar Ivan Duarte, PT. Disse o candidato do PCO: “Se abrirmos apoio, será para o Ivan”. De fato, a frase está no condicional. O que resulta em uma possibilidade positiva. Ao refletir uma vacilação,

indica a tendência de apoiar Ivan. PCO foi obrigado a dizer que não seria possível tal decisão, porque dependia de sua Conferência Nacional, que se realizaria logo mais. Está bem clara a embrulhada. O PCO realizou a Conferência, e não publicou imediatamente a decisão de voto nulo em Pelotas. Com o título geral “PCO decide pelo voto nulo no 2º turno em todas as cidades”, deu conhecimento do resultado da Conferência. Está claro que se posicionou pelo voto nulo, sem exceção. O que chama a atenção é o fato de seu comunicado acentuar que fará uma campanha de voto nulo em São Paulo, rechaçando a candidatura de Boulos, que “tem como intuito viabilizar uma candidatura da burguesia, pela ‘esquerda’, para isolar o PT em 2022”. Está aí nítido o conteúdo da decisão quanto à disputa em São Paulo. A nota ainda se refere a Recife, batendo forte no PCdoB, por apoiar o candidato do PSB, mas poupa a candidata do PT de qualquer crítica. O motivo está em que a vitória da candidata do PT favorecerá a esperança do PCO de poder apoiar uma eventual candidatura de Lula em 2022. A nota do PCO, assim, esconde o voto nulo, enquanto, em São Paulo, o eleva às alturas. É visível que não farão uma campanha consequente pelo voto nulo.

No Rio de Janeiro, cujas candidaturas em disputa são da direita e da ultradireita, a embrulhada coube ao PSOL. O deputado federal, Marcelo Freixo, se pronunciou pelo apoio a Eduardo Paes, DEM, com o argumento de que era preciso derrotar o bolsonarista Marcelo Crivella, do Republicanos. Criou-se um alvoroço nas hos-

tes do PSOL. Em reunião da cúpula partidária do Rio, tomou-se uma decisão de, nem apoio crítico, nem voto nulo. Mas para não parecer que lavou as mãos, aprovou-se a bandeira de “*Nenhum voto em Crivella*”. Assim, Freixo obteve uma meia vitória, e seus opositores arcaram com uma meia derrota. Caso o PSOL coloque em prática a bandeira aprovada, estará, envergonhadamente, chamando o voto em Paes. A corrente psolista Resistência, ex-PSTU, cisão dirigida por Valério Arcary, se alinhou a Freixo. Em seu comunicado “*2º turno no Rio: derrotar Crivella e Bolsonaro, organizar a oposição de esquerda a Paes*”, se posiciona pelo voto no candidato da direita, para mais tarde aparecer como oposição aos seus desmandos e ataques às massas. Esse raciocínio reacionário resulta na ideia de que é melhor apoiar a direita contra a ultradireita, porque assim se terá maior possibilidade de se fortalecer politicamente. É nisso que dá mergulhar em um partido pequeno-burguês eleitoralista, que em pouco tempo de existência se degenerou.

A política eleitoral do PCB é clássica do estalinismo, que no fundo é a mesma da do reformismo. Onde há uma disputa entre um partido burguês, classificado de esquerda e de progressista, e um de direita, deve-se votar no ‘progressista’. É o caso, por exemplo, do apoio ao candidato do PDT, José Sarto, que disputa com o direitista, Capitão Wagner, em Fortaleza. Em Recife, decidiu pelo voto na candidata do PT, Marília Arraes, ainda que a diferença política entre o PSB e PT é de grau.

Em particular, nessas eleições, a tese dos estalinistas, dos reformistas e de parte dos centristas é de que se tratava de derrotar os bolsonaristas, a qualquer custo. Esse critério de decisão eleitoral desconhece, desconsidera e oculta o caráter de classe dos partidos burgueses. É assim que historicamente o estalinismo se submeteu ao nacionalismo burguês. As disputas eleitorais sempre expressarão as frações capitalistas e as divergências interburguesas. O problema fundamental está em determinar a tática que desenvolve a consciência de classe dos explorados e sua independência organizativa e política. O estalinismo e o reformismo estão na contramão da tarefa de lutar contra toda a política que arrasta o proletariado e demais explorados a se submeterem ao Estado e à democracia burgueses.

Nota-se que esse quadro, que se convencionou genericamente de esquerda, direita e ultradireita, perde um mínimo de sentido, se não se revelar o conteúdo de classe dos partidos. No capitalismo, as duas classes fundamentais correspondem à burguesia e ao proletariado. Entre elas, está a heterogênea pequena-burguesia (classe média). Embora a pequena-burguesia seja oprimida, somente o proletariado é a classe revolucionária. A pequena-burguesia, via de regra, serve aos interesses da burguesia contra a luta de classes do proletariado.

As eleições são um instrumento por meio do qual os explorados são convocados, de tempo em tempo, a eleger o presidente, governadores, prefeitos e representantes para o parlamento. O resultado, por mais disputadas e polarizadas as eleições, por mais que estejam em choque a direita e ultradireita com a esquerda, não tem como romper a dominação da burguesia sobre a maioria oprimida. O fundamento dessa premissa se encontra na ditadura de classe dos capitalistas sobre o proletariado e demais explorados. Por mais democráticas que sejam as eleições, estão determinadas pelo poder econômico. Estão obrigadas a refletir as relações de produção e exploração da força de trabalho.

A enorme confusão das esquerdas, e as disparatadas posições eleitorais, resultam do desconhecimento ou do conhecimento ape-

nas verbal das condições materiais em que se realizam as eleições. O denominador comum desse desconhecimento pelas esquerdas, que se reivindicam do socialismo, se acha na sua base social, que é a pequena-burguesia. A esquerda capaz de chegar ao poder do Estado, utilizando-se de eleições, e dirigi-lo, obrigatoriamente, tem de pertencer ou se sujeitar a uma das frações burguesas. A esquerda pequeno-burguesa não tem como chegar ao poder do Estado, se não se submeter a essa determinação de classe. Eis por que a esquerda pequeno-burguesa revolucionária se mostra impotente, e acaba seguindo este ou aquele partido que esteja no espectro mais à esquerda nas eleições.

Essa dinâmica de classe explica o tamanho disparate em correntes como PSOL, PSTU, PCB, PCO, etc. O esquerdismo eleitoral de uns e de outros não tem como ocultar as raízes pequeno-burguesas de suas políticas. Os condicionamentos políticos e ideológicos dessa classe social, que, como sabemos, reflete a dominação burguesa, explicam o motivo pelo qual, em última instância, se negam a constituir o programa da revolução e ditadura proletárias, e, consequentemente, deformam a tática marxista de intervenção nas eleições.

Estas eleições municipais têm uma particularidade conjuntural e uma determinação de classe geral. A particularidade está em que ocorrem em meio à pandemia. A determinação geral diz respeito ao poder das oligarquias regionais e locais. A pandemia, que já durava oito meses, se tornou um fator fundamental, ainda que circunstancial, da crise econômica e política. Inevitavelmente, se refletiria na disputa eleitoral. A divisão interburguesa entre bolsonaristas e antibolsonaristas esteve amplamente presente. No campo dos antibolsonaristas, compareceram tanto partidos orgânicos da burguesia quanto partidos de esquerda. Chegou-se a aventar a tese de que se tratava, estrategicamente, de derrotar Bolsonaro, de forma a inviabilizar sua reeleição em 2022. Esse campo esteve integralmente ditado pela divisão interburguesa, à qual as esquerdas se adaptaram. O que parecia ser um grande cavalo de batalha não foi além de um moinho de vento. O bolsonarismo se mostrou incapaz de dirigir o processo eleitoral. Suas raízes, fincadas em uma camada da pequena-burguesia, não chegaram a se estender a uma parcela importante dos poderes oligárquicos locais. Os partidos e setores liberais da burguesia respiraram aliviados.

As esquerdas, que foram arrastadas por essa disputa interburguesa, se perderam em um emaranhado de confusão, que se manifesta mais nitidamente no 2º turno das eleições. Não se deram conta – na verdade, fecharam os olhos – da influência da política de conciliação de classe sobre as massas, que pagaram caro pela política burguesa de isolamento social. O palavreado eleitoral sobre emprego, salário, direito, moradia, saúde e educação se desmanchou diante da realidade, em que imperaram as demissões em massa, a redução dos salários, o crescimento da informalidade e o avanço da miséria. O que fizeram os partidos e candidatos de esquerda no momento em que a classe operária mais precisava

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

AS ESQUERDAS NO BRASIL
O Trotskismo diante da tarefa de construir o partido revolucionário

RESISTÊNCIA O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA E A PROLETARIADO

de sua ação, para reagir aos ataques de Bolsonaro, do Congresso Nacional e da burguesia? Estiveram submetidas à política burguesa do isolamento social, e à divisão interburguesa daí decorrente. Fecharam os olhos ou colaboraram com a aplicação da MP 936. Deixaram os explorados à mercê das demissões, agarrando-se na bandeira burguesa de defesa da vida.

O fundamental, para a classe operária e demais explorados, é que não contaram com um partido revolucionário. Que, por sua força de massa, fosse capaz de revelar a fraude burguesa da disputa entre bolsonaristas e antibolsonaristas. Traduzir as necessidades dos explorados por meio de um programa de reivindicações. Desmascarar o conteúdo de classe das eleições. Desenvolver os métodos próprios de luta do proletariado. E calar fundo na maioria oprimida a estratégia da revolução proletária, do governo operário e camponês.

O POR, por sua condição embrionária, não teve como servir de instrumento para opor uma camada dos explorados à arregimentação eleitoral levada a cabo pelos partidos da burguesia. O voto nulo foi a única opção para defender o programa revolucionário e a independência política dos trabalhadores. A experiência indica

que o voto nulo somente encontra expressão nas condições em que as massas em luta se chocam com a arregimentação eleitoral. Observamos, no entanto, que houve uma grande abstenção, que, somada aos votos nulos e brancos, abarcou um significativo contingente da população. A pandemia influenciou, sem dúvida, mas não lhe tirou o significado político. O voto nulo no 2º turno permanece sob a mesma linha de defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública, por meio da ação direta e da organização independente dos trabalhadores.

A experiência com a pandemia e com as eleições municipais, determinadas por ela, deixa uma marca profunda nas correntes de esquerda oportunistas. Põe à luz do dia a negação histórica de construir o partido marxista-leninista-trotskista sobre a base do programa da revolução e ditadura proletárias. Vários aspectos de suas políticas eleitorais guardam diferenças – não se pode colocar na mesma vala comum PT, PCdoB, PCB, PSOL, PSTU e PCO –, no entanto, têm em comum condicionamentos da política burguesa e da pequeno-burguesa. Eis por que o POR mantém sua posição de voto nulo, tendo a certeza de que expressa a independência de classe do proletariado.

Grande ABC – SP

Resultado das eleições no berço da classe operária

Passado o segundo turno das eleições, se confirma o predomínio da direita nas prefeituras e câmaras de vereadores no grande ABC. Ainda que o PT tenha conseguido retomar duas prefeituras (Diadema e Mauá), terá uma composição minoritária nas câmaras de vereadores.

Em São Bernardo do Campo, Orlando Morando (PSDB) se reelegeu em primeiro turno, com 67,28% dos votos válidos (261.761 votos). As abstenções, brancos e nulos somaram 231.100 votos. De 28 vereadores na Câmara, o PT passou de 5, em 2016, para 4, em 2020, sendo que o PCdoB perdeu seu único vereador. Em Santo André, também houve reeleição do prefeito do PSDB, Paulo Serra, que venceu em primeiro turno com 76,88% dos votos válidos (266.591 votos). Abstenções, brancos e nulos somaram 221.984 votos. Na Câmara de 21 vereadores, o PT caiu de 5 para 2, sendo que o PSOL conseguiu 1 vereador. Em São Caetano, a disputa ficou entre PSDB e PSD, sendo que as abstenções alcançaram 24,53%, brancos 3,96% e nulos 8,07%. Nessa cidade, o PT não tinha e continua não tendo vereadores, sendo que o reformista PSOL conquistou 1 dos 19 vereadores.

Já em Diadema, o PT conseguiu ganhar a prefeitura em segundo turno, com 51,35% dos votos válidos (106.849 votos). A soma de abstenções, brancos e nulos (121.091) ultrapassou o número de votos recebidos pelo novo prefeito petista, José Filippi. Além disso, o PT passou de 3 para 5 vereadores, dos 21 da câmara. Em Mauá, Marcelo Oliveira (PT) venceu por uma margem ainda mais apertada em segundo turno (50,74% dos votos válidos, ou 91.459 votos). Aqui a soma de abstenções (86.621), brancos (11.092) e nulos (28.563), também totaliza um número maior de votos (126.276) que o recebido pelo novo prefeito eleito. Do total de 23 vereadores, o PT passou de 1 vereador, em 2016, para 2, em 2020.

Nesses números podemos ver a força da direita burguesa do PSDB na reeleição em primeiro turno, em duas das principais cidades. Também vemos a retomada de terreno da esquerda petista em duas prefeituras, porém, uma retomada muito frágil, que não se refletiu em grande fortalecimento na Câmara. E, se destaca o

número elevado de abstenções, brancos e nulos em todas as cidades, em especial o número de votos nulos em Mauá, o maior proporcionalmente (12,99%). Esse resultado eleitoral mostra o predomínio da direita burguesa nas eleições da região, como se tem passado em todo o país. Ainda que o PT tenha conseguido duas prefeituras, os explorados não devem se deixar enganar com essa conquista eleitoral do reformismo, pois isso, em nada mudará sua realidade cotidiana. Os pobres e miseráveis continuam e continuarão padecendo com o desemprego, os cortes de direitos, e com a pandemia, no que depender do Estado burguês, independentemente do matiz político que esteja à sua frente. As promessas eleitorais logo serão esquecidas pelos reformistas e pelos politiquês burgueses.

Nossa tarefa é fazer o combate, mostrando que esse não é o campo de disputa da classe operária. A esquerda reformista e centrista em todo o país alimentou as ilusões democráticas burguesas, em vez de combatê-la. O POR seguiu sua defesa intransigente no terreno da independência de classe, por isso chamou o voto nulo. As direções sindicais, via de regra, se submeteram à política burguesa de isolamento social, quando a burguesia ditou os planos de cortes de salários, direitos e empregos. Mas, quando chegou o momento eleitoral, saíram às ruas para caçar votos e fazer promessas. Então, agora, não existe mais desculpas, e é preciso exigir delas que vão às ruas para se combater o desemprego, e todos os cortes que já foram realizados. Certamente, não o farão, o que demonstrará na prática mais uma vez a necessidade de remover os oportunistas da direção das organizações próprias da luta.

A classe operária e demais explorados devem se atentar e se contrapor à política de conciliação. Não devem aceitar o fechamento de nenhuma fábrica e nenhuma demissão. A tarefa colocada é a de se libertar da política burguesa, que desvia da luta. Nada de depositar confiança nas negociatas com os patrões, ou que os politiquês agora eleitos defenderão nossas reivindicações. É preciso ir às ruas com independência de classe, com um programa de reivindicações, táticas e estratégias próprias.

Recife

PT E PSB SE DIGLADIAM NO LAMAÇAL DA DIREITIZAÇÃO DA POLÍTICA BURGUESA

O segundo turno na disputa pela capital pernambucana poderia ser o cenário dos sonhos dos setores ditos progressistas, duas candidaturas identificadas como “de esquerda” foram as mais votadas: João Campos (PSB) e Marília Arraes (PT). Mas, para quem viu a campanha eleitoral, a verdadeira disputa foi quem conseguia se direitizar mais. Ambas candidaturas já contavam com partidos coligados da base do governo Bolsonaro. Porém, tiveram de ir além, para atrair os 340 mil votos depositados em candidaturas de direita no primeiro turno. Marília recebeu o apoio do Podemos, de Armando Monteiro (PTB), e do prefeito eleito de Jaboatão, da família Ferreira (PL), conhecida por seu obscurantismo religioso, da laia de Marco Feliciano e da família Bolsonaro. João Campos assumiu um discurso abertamente antipetista e religioso, procurando atrair os evangélicos. Conseguiu: até Malafaia se tornou seu cabo eleitoral. Seus apoiadores repercutiram ideias de criminalização de movimentos sociais, como o MST.

A jogada do PSB foi arriscada, considerando que a oposição à direita no estado tem como objetivo principal enfraquecer a máquina eleitoral peessebista. Tal guinada poderia levar à perda de parte do eleitorado identificado com a esquerda. Houve divisões no PCdoB, até mesmo porque as gestões petistas foram duramente criticadas, e o ex-prefeito João Paulo, agora, integra o partido estalinista. Ameaçado de perder a máquina, o PSB jogou pesado com o uso de cargos comissionados, pressão sobre contratados, distribuição de material apócrifo nas igrejas, demonizando Marília, colagem de cartazes direitistas contra Lula, e muita “fake news”.

Marília pediu ao PT que não enviasse Lula, à cidade, para fazer campanha no segundo turno, alegando hipocritamente as restrições da pandemia. Fez um discurso rasteiro, de que a idade de João Campos seria prova de sua incompetência, que ele era “frouxo”, e não passava de fantoche da mãe, Renata Campos. Tãmanha baixaria na disputa entre os primos só revela a ausência de diferenciação política entre as candidaturas.

João Campos conseguiu cerca de 100 mil votos a mais que Marília, boa parte obtidos com uma grande operação de compra de votos, inclusive registrada em vídeos. Foram 56% contra 44% dos votos válidos. A abstenção subiu um ponto, no segundo turno, chegando a 21%. Os votos nulos subiram menos de um ponto, chegando a 9%, e os votos em branco caíram 1,5 pontos percentuais, fechando em 3,5%. Manteve-se o percentual de 34%, que não se engajaram em nenhuma candidatura, um contingente de 361.285 pessoas. Considerando a totalidade dos votos, João teve cerca de 37%, brancos, nulos e abstenções ficam em segundo lugar, e Marília teve 29%. A pouca variação do primeiro para o segundo turno mostra que os votos depositados nas candidaturas de direita, no primeiro turno, de fato se distribuíram entre os “progressistas” no segundo.

A maior parte das esquerdas tentou maquiagem a disputa como enfrentamento ao bolsonarismo e às “elites”, além do PSOL, que já ocupava o posto de vice de Marília, PCB e UP também manifestaram seu apoio no segundo turno. A corrente Resistência (PSOL) tentou ocultar seu apodrecimento, com queixas inócuas, não contra o apoio da direita, mas sim ao fato de Marília posar sorrin-

do ao lado de figuras como o obscurantista Anderson Ferreira. O PCdoB, apesar da diferenciação de algumas figuras oriundas do petismo, manteve-se fiel ao PSB, inclusive ocupa atualmente a vice-governadoria. O PCO anunciou o voto nulo em todas as cidades no segundo turno, porém, localmente não fez campanha, e sua análise manteve-se na linha de que a importância das eleições municipais é propagar o “Fora Bolsonaro e Lula presidente”, e criticou apenas o entorno de Marília, principalmente o PSOL, que seria um cavalo de Tróia da burguesia, para impedir que o PT cumprisse sua real missão de denunciar o golpe e as decorrentes fraudes eleitorais. Amparando-se na denúncia da compra de votos, o PCO reforçou a palhaçada do pedido de anulação da eleição feito pela recém-eleita vereadora pelo PT, Liana Cirne. O PSTU chamou o voto nulo no segundo turno.

O PT não teve nenhum problema em se juntar com os “golpistas”, em 2018. Lula interferiu diretamente, para que não houvesse candidatura própria (de Marília), e se pactuasse uma “neutralidade” do PSB nas eleições em nível nacional. João Campos foi além, e apoiou Haddad, desde o primeiro turno. O PT local se acomodou em vários cargos no município e governo do estado.

A militância estudantil e dos movimentos sociais segue as aproximações e distanciamentos, próprios das disputas interburguesas e interoligárquicas, enfileirando-se cegamente detrás de seus chefes. As relações envolvem laços de corrupção política. PSB e PT estiveram muito próximos, no início do governo Lula, o partido ocupa a governadoria desde 2007, e foi vice do prefeito do PT, no Recife, de 2009 a 2012. Porém, Eduardo Campos passou a ter projetos nacionais próprios. Escanteou o PT na sucessão à prefeitura, ocupada pelo partido desde então, e se candidatou a presidente em 2014. Após sua morte, em plena campanha, o PSB seguiu o processo de diferenciação, apoiando Aécio no segundo turno, e culminando com o apoio ao golpe contra Dilma, em 2016.

O PT não teve nenhum problema em se juntar com os “golpistas”, em 2018. Lula interferiu diretamente, para que não houvesse candidatura própria (de Marília), e se pactuasse uma “neutralidade” do PSB nas eleições em nível nacional. João Campos foi além, e apoiou Haddad, desde o primeiro turno. O PT local se acomodou em vários cargos no município e governo do estado. Em 2020, o PT local defendeu a continuidade da aliança com o PSB. Marília só conseguiu ser candidata por meio da interferência de Lula. O desempenho eleitoral a fortaleceu como caudilha, porém, criou uma nova rachadura na relação entre PT e PSB, o que pode se traduzir em maior isolamento nacional do PT, em 2022.

Marília, na noite do domingo, após a divulgação da derrota, fez um pronunciamento ao lado do PSOL, mas também do prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira (PL), do de

putado estadual Wanderson Florêncio (PSC), e do deputado federal e presidente do Podemos, Ricardo Teobaldo. Afirmou que se abre um novo momento para a oposição ao PSB, colocando-se ao lado da oposição direitista. Nesta ala, porém, há divisões. Alguns, como Mendonça Filho (DEM), não aceitam de forma alguma qualquer unidade com o PT. Outros, como Daniel Coelho (Cidadania), prognosticam que Marília pode sair do PT e, assim, se juntar à oposição, enquanto o líder da oposição na Alepe, Antônio Coelho (DEM), filho do líder do governo Bolsonaro no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB), diz que *“as portas estão abertas para fazer oposição ao governo que está aí. O PT seria bem-vindo”*.

O PT de Pernambuco está em uma saia justa. Foi atacado com uma campanha ferrenha, que o identificou com a corrupção e o retrocesso, está enfraquecido, e João Campos afirmou que, em seu mandato, não nomeará o PT para nenhum cargo. Ainda assim, alguns, como Oscar Barreto, ex-secretário municipal de saneamento, que saiu do cargo no meio da campanha, já defendem que *“o PT tem de ter a sandália da humildade e voltar a dialogar com o conjunto da Frente Popular, com as forças democráticas”*. Aliados de Marília pedem a expulsão de Barreto do PT. Parte dos reformistas resiste em entregar os cargos nos escalões mais baixos da Prefeitura e no governo do estado, ainda vão definir se deixarão a base do governo na Assembleia Legislativa (Alepe). O deputado federal Carlos Veras (PT), ex presidente da CUT-PE, dá o tom do oportunismo: *“Uma coisa são as decisões do partido, de indicação, outra coisa é a convocação de pessoas qualificadas para uma função. Não se pode misturar”*.

Com a perda em Recife e Vitória (ES), o PT expõe seu declínio, nunca havia ficado sem nenhuma capital. O PSB viu a manutenção do controle de Recife como questão de vida ou morte, pois, nacionalmente, o partido também vem sofrendo um grande baque. De 2012 a 2016, caiu, de 434 para 254 prefeituras. Em 2020, perdeu ainda mais e acabou com 181. Em Pernambuco, o PSB teve de abrir mão de disputar algumas prefeituras, como contrapartida à adesão de partidos à sua coligação. Ainda permanece como o partido com mais prefeituras. Considerando-se as dez cidades com maior PIB, o PSB perdeu quatro, das cinco cidades que governava. Manteve-se apenas na capital, sob o comando do partido desde 2013. Perdeu três destas cidades para o MDB, e uma para o PL. O maior fortalecimento eleitoral foi dos partidos do chamado Centrão. Quanto ao PT, em Pernambuco, houve a perda de prefeituras, passando de 7, em 2016, para 5, em 2020. Juntando todas

cidades, somam um pouco mais de 150 mil habitantes. A maior prefeitura conquistada foi a de Serra Talhada, com uma coligação extremamente direitizada. O vice foi do PSD, e se somaram: PTB, Patriota, PP, PDT, Podemos e Cidadania.

Enquanto as disputas e cálculos se dão nas esferas do poder, as massas seguem amargando as mazelas da formação semicolonial, agravada com a crise econômica e pandêmica. Segundo o IBGE, Recife é a capital mais desigual do país, tendo cerca de 115 mil pessoas abaixo da linha da pobreza extrema. Segundo a última PNAD Contínua do IBGE, Pernambuco tem 18,8% de desempregados. As massas sofrem, e seguirão sofrendo após as eleições,

com a destruição dos empregos, a alta informalidade, a desproteção social, o rebaixamento dos salários, a dificuldade de acesso à educação, as moradias precárias, sujeitas a enchentes e deslizamentos, a ausência de saneamento, a discriminação racial, a violência contra as mulheres, e tantos outros problemas.

As esquerdas centristas, reformistas e estalinistas, enquanto dizem combater o bolsonarismo, não moveram uma palha para organizar a luta pelos empregos, salários e direitos. Esconderam-se detrás das restrições sanitárias, que foram com-

pletamente ignoradas na caça aos votos. Só se movimentaram para cumprir o calendário eleitoral, canalizaram todas as lutas para promessas de solução em 2022, e marcharão inevitavelmente à direita, adaptando-se à necessidade de o capital impulsionar contrarreformas e reprimir a revolta instintiva das massas, que tende a eclodir.

No cenário que mais evidencia a desigualdade do Recife – as palafitas na beira do Rio Capibaribe, próximas a shoppings e prédios de luxo –, na véspera das eleições, cada barraco e cada barco ostentava uma bandeira, ou do PT ou do PSB. O motivo não era o engajamento das massas pauperizadas às candidaturas, mas apenas uma forma de complementar a renda, considerando que os candidatos pagaram até R\$ 100, para “alugar” os barcos com suas bandeiras, por exemplo. Uma maneira de compra de votos legalizada, que mostra bem por que, apesar de ainda haver menções saudosas a Lula, as massas não se empolgaram com as disputas interburguesas, mesmo continuando a depositar seus votos nas urnas. A luta para que as massas transformem sua indiferença com a politicagem burguesa e sua revolta com a exploração e opressão em consciência de classe depende de impulsionar as reivindicações próprias, com os métodos da luta de classes e construir o partido operário revolucionário.

As esquerdas centristas, reformistas e estalinistas, enquanto dizem combater o bolsonarismo, não moveram uma palha para organizar a luta pelos empregos, salários e direitos. Esconderam-se detrás das restrições sanitárias, que foram completamente ignoradas na caça aos votos.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas
(Através desse link é possível acessar outras plataformas, como Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Ceará**Vitória apertada consolida força dos Ferreira Gomes no estado**

A disputa do segundo turno em Fortaleza se encerrou com a vitória apertada de Sarto Nogueira (PDT), que obteve 51,68% dos votos válidos, contra 48,31% do capitão Wagner (PROS). Sarto necessitou de uma ampla coligação (PP/PDT/PTB/PL/PSB/DEM/PSD/CIDADANIA/RED/PSDB), do uso das máquinas municipal e estadual, além do apoio do PT, PCdoB, PV e PSOL para conquistar a Prefeitura, no segundo turno. As pesquisas realizadas na véspera, que apontavam vitória fácil de Sarto por até 18 pontos de diferença, se mostraram um completo embuste; o que indicou que também os institutos de pesquisa não puderam deixar de assumir parte ativa nas disputas interburguesas. A dificuldade para derrotar Wagner, apesar de toda força reunida pelos Ferreira Gomes, expressa que houve um fortalecimento da direita reacionária em Fortaleza. Por outro lado, com a conquista da capital (42% do PIB do Ceará), o PDT alcançou o auge de sua força política no estado, saltando de 48 para 66 prefeituras, e mais de 550 vereadores. O aumento da força dos Ferreira Gomes, nos últimos anos, teve como efeito a implosão da antiga oposição, e sua passagem para o lado do governismo. São exemplos notórios, a virada do MDB e a mais recente virada do PSDB, ambos apoiadores da candidatura de Wagner, nas eleições de 2016.

Enfraquecimento dos partidos tradicionais e o fortalecimento do centrão e da oposição ultradireitista

Acompanhando a tendência nacional, os partidos do “centrão” tiveram um relativo aumento de sua votação no estado. O PSD, pela primeira vez, será o segundo partido em número de prefeituras no estado (28 ao todo), posição ocupada antes pelo MDB. O PL terá 13, e o PP, 10. O MDB, por outro lado, perdeu 11 prefeituras, caindo de 28 para 17. O PSDB, que também perdeu prefeituras, e o DEM, terão, respectivamente, apenas 4 e 2 prefeituras. Os dados acima expressam que prosseguem, pelo menos no momento, as tendências desagregadoras destes partidos tradicionais. A perda de recursos no fundo partidário/eleitoral tem agido como uma força centrífuga sobre estes velhos partidos, pressionando seus poucos prefeitos e parlamentares a buscar novas legendas. A única resposta possível para a sobrevivência tem sido, de um lado, não incomodar quem quer seja no usufruto da legenda, desde que conquiste prefeituras e, de outro, aproximar-se da coligação dos Ferreira Gomes. É o que explica a acomodação de Roberto Pessoa no PSDB de Tasso, ainda que se declare ferrenho opositor de Camilo e dos Ferreira Gomes: foi vencedor absoluto nas eleições municipais de Maracanaú (2º PIB do estado).

Os setores de oposição mais identificados com o capitão Wagner e a ultradireita obtiveram importantes e inesperadas vitórias nas cidades mais populosas do estado, depois de Fortaleza: como Caucaia (Vitor Valim/PROS), e Juazeiro do Norte, no Cariri (Glêdson Bezerra/Podemos), além da importante cidade portuária de São Gonçalo do Amarante (Marcelão/PROS), na RMF. Essa tendência mostra que uma parte das massas expressou seu descontentamento com os governos de plantão, fortalecendo os partidos burgueses mais à direita.

O avanço relativo do PT e a vergonhosa campanha das esquerdas para Sarto

O fracasso do PT na capital (Luizianne Lins) e em Quixadá (Ilário Marques) contrasta com a vitória em municípios pequenos

do interior. O PT passou de 15 para 18 prefeituras. Esse crescimento fortalece a ala pró-Camilo do PT (José Guimarães e aliados), e mostra como o PT, para crescer, necessitou agarrar-se com toda força aos Ferreira Gomes, ao custo até mesmo de sacrificar candidaturas próprias em certos casos (Senado, em 2018; Prefeitura de Fortaleza, em 2020). O PCdoB, que despencou de 8 para 2 prefeituras, e perdeu seu único vereador em Fortaleza (Prof. Evaldo), tem trilhado o mesmo caminho.

Em Fortaleza, as correntes de esquerda eleitoreiras manifestaram imediato apoio a Sarto, logo que ficou definido o segundo turno. Após os esperados apoios do PT e PCdoB, veio o apoio nem tão esperado do PSOL e dos estalinistas da UP. Mais uma vez, o argumento de combater o fascismo e o bolsonarismo foi usado para justificar o voto numa candidatura burguesa, conhecida por seus ataques e repressões aos trabalhadores. As esquerdas tiveram de exagerar o papel reacionário de Wagner e, ao mesmo tempo, suavizar ou mesmo ocultar o passado antioperário e antipopular dos Ferreira Gomes. O apoio petista e pecebista não causou estranheza, dada a longa e já conhecida trajetória de traições e colaboração de classes do reformismo e estalinismo. O mesmo não podia ser dito do PSOL, que não possuía tal histórico. Contudo, o apoio a Sarto não foi um ‘raio em céu azul’, visto que o próprio PSOL, nos últimos anos, tem rapidamente se adaptado à política oligárquica burguesa, e aceitado alianças pragmáticas, com fins de se projetar eleitoralmente. Há muito que o partido deixou para trás a restrição de suas alianças eleitorais apenas aos antigos aliados do campo da esquerda, PSTU e PCB. O próprio reformismo psolista desbota rapidamente, abrindo mão de qualquer traço classista de suas candidaturas, para consolidar a defesa de um programa pequeno burguês, ligado a pautas identitárias e ecológicas, avesso ao marxismo, e sem qualquer vínculo com a estratégia da revolução social.

POR chamou o voto nulo e defendeu a independência de classe dos explorados

O POR interveio nas eleições defendendo o voto nulo, tanto no primeiro quanto no segundo turno. Denunciou a submissão das esquerdas à política burguesa de isolamento social, assim como sua hipócrita paralisia imposta aos movimentos, em nome da preservação da vida, quando saíam por todos os lugares à caça de votos. Procurou explicar pacientemente aos explorados que, nem Sarto, nem Wagner, poderiam mudar suas condições de vida (desemprego, salários miseráveis, destruição de direitos, informalidade, destruição da saúde, etc.), que ambos representam o capitalismo em putrefação, e que seus governos serviriam à burguesia para descarregar a crise econômica sobre os assalariados. Diante dos resultados eleitorais, os explorados não têm, agora, mais nenhum tempo a perder. Sarto, que formará o próximo governo municipal continuísta, já escolhe seu gabinete, e se prepara para aplicar medidas de ataques ao funcionalismo e ambulantes. Mais cedo do que se espera, as massas entrarão em choque com os novos prefeitos, encarregados de aplicar as contrarreformas nos municípios. As lições da luta tornarão mais propícias as condições para a propaganda porista de frente única de luta, em defesa das condições de vida das massas. Que a vanguarda combativa dos movimentos atenda a esse chamado!

Ceará**Eleições em Caucaia dão vitória a Vitor Valim (PROS)**

O segundo turno em Caucaia (Região Metropolitana de Fortaleza) foi disputado entre Naumi Amorim/PSD (atual prefeito) e Vitor Valim/PROS, duas candidaturas burguesas e de partidos da base aliada de Bolsonaro. O atual prefeito saiu fortalecido do primeiro turno, obtendo 40,93% dos votos válidos (69.262), contra 27,87% (47.171), de seu principal oponente. Os números de votos nulos (7,12%) brancos (3,41%) e abstenção (14,85%) não deixaram de mostrar a existência de uma parcela de descontentes no pleito que, somados, chegaram a 25,38% do eleitorado.

As esquerdas eleitoreiras (PSTU, PSOL, PCdoB e PT) saíram bastante enfraquecidas das eleições. O principal candidato a se reivindicar da esquerda, Elmano de Freitas (PT), que chegou a ser apoiado pessoalmente por Ciro Gomes, terminou em 4º lugar, com apenas 7,69% dos votos. O PT municipal declarou apoio a Naumi no segundo turno, enquanto a candidata a vice na chapa de Elmano, Natécia Campos, do PP, declarou apoio a Vitor Valim.

A vitória de Valim não teria sido possível, sem a inter-

venção da Polícia Militar, da Guarda Nacional e mesmo da Polícia Federal. A presença da Guarda Nacional, solicitada desde o 1º turno, esteve voltada a coibir a ação do tráfico, contrário à campanha de Valim no município. O último dia de campanha para o 2º turno foi marcado pela investigação da PF, manejada para apurar crimes eleitorais da coordenação de campanha de Naumi. A prisão em flagrante do irmão do prefeito e um secretário municipal, com 500 mil reais, em dinheiro vivo, destinados à compra de voto, ajudaram a virar votos para Vitor Valim. A apuração oficial deu 51,08% (83.588) dos votos a Valim, contra 48,92% (80.045) de Naumi Amorim.

O POR não deixou de intervir nas eleições em Caucaia. Levantou a bandeira de voto nulo, fez panfletagem e colagem de cartazes nas ruas, em defesa reivindicações dos trabalhadores e juventude pobre. Defendeu assim, a independência política dos explorados, e fez propaganda do governo operário-camponês, que nascerá da luta organizada da maioria oprimida contra a burguesia e seu Estado.

Rondônia**Com alta abstenção, o prefeito do PSDB foi reeleito**

O 2º turno das eleições de Porto Velho foi marcado pela disputa acirrada, entre Hildon Chaves/PSDB, atual prefeito, e Cristiane Lopes/PP. O prefeito foi reeleito, com 109.992 (54,45%) dos votos válidos. Enquanto sua adversária, a vereadora Cristiane Lopes/PP, ficou com 92.015 votos, ou seja, (45,55%), dos votos válidos.

Do total de 315.031 eleitores, as abstenções alcançaram 113.826 (34,18%), superando a votação do candidato vencedor. Como era de se esperar, o desespero dos dois candidatos para conquistar o voto das massas foi intenso, partindo para os ataques pessoais. Hildon Chaves teve apoio da maioria dos partidos que concorreram no 1º turno. E de direções de escolas municipais, que têm cargos comissionados. O PT e PCdoB liberaram seus militantes para votar em quem quisessem, no 2º turno. A campanha do prefeito para a reeleição se concentrou nas obras de asfaltamento, e em promessas para

o próximo mandato. Lembremos que Hilton tem como plano o avanço da terceirização e privatização da saúde e educação, que só não foi implementada ainda, porque houve resistência dos servidores da saúde e dos conselhos estadual e municipal de saúde.

O PSDB saiu fortalecido com a reeleição do prefeito Hildon Chaves. Na capital, a família Carvalho tem como presidente estadual do partido a deputada federal Mariana Carvalho, e seu irmão vereador, Maurício Carvalho, é vice-prefeito de Hildon. Os membros dessa família são proprietários de um complexo de faculdades privadas na capital. No interior do estado, na Zona da Mata, tem o representante, ex-senador, Expedito Junior, que já foi presidente do PSDB no estado, hoje ocupa o cargo de secretário.

O POR interveio nas eleições, defendendo a independência de classe dos explorados, por meio do voto nulo.

**1989
2019****30 anos
construindo
o partido-
programa**

Trabalhadores do ABC estão com salários mais rebaixados

Dados, de janeiro a outubro, revelam que os salários dos trabalhadores da região do ABC foram durante atingidos pela crise econômica, agravada com a pandemia. Nesse período, foram registrados apenas 113 reajustes salariais, o que representa 28% menos do que o mesmo período, em 2019. Além disso, o total dos que tiveram rendimentos corrigidos acima da inflação oficial (ganho real) caiu pela metade.

A comparação entre as sete cidades da região, com a média do país, também fica aquém. No Brasil, 41% conseguiram reajuste acima da inflação. Enquanto, no Grande ABC, dos 113 reajustes, apenas 23,4% conseguiram aumento de salário

real. Segundo o Dieese, isso se deve ao *“fato de concentrar mais indústrias, que sofreram maior impacto da crise, as negociações na região foram mais difíceis do que no restante do país.”* Entre os setores que conquistaram reajustes acima da inflação, estão os da alimentação e serviços de contabilidade.

Dados também mostram que a indústria, em outubro, teve uma recuperação. Mas não repôs as perdas ocorridas no primeiro trimestre. Essa recuperação não significou ganhos para a classe operária, que continua amargando elevadas taxas de desemprego.

Está aí o exemplo de que as crises econômica e pandêmica foram descar-

regadas sobre os trabalhadores. A data-base, que serviria para corrigir as perdas salariais, foi deixada de lado pelas burocracias sindicais, que se submeteram à política burguesa do isolamento social. Os capitalistas aproveitaram a pandemia para impor medidas de redução salarial (MP 936), e acordos sem correção salarial, ou abaixo da inflação, que já é manipulada pelo governo. Os resultados não poderiam ser outros: queda da massa salarial, e menos empregos. O Boletim Nossa Classe denunciou os ataques do governo e da patronal, e exigiu que a burocracia sindical convocasse as assembleias para aprovar um plano próprio dos trabalhadores para enfrentar a crise econômica.

Enfrentar o desemprego com os métodos da classe operária

O desemprego bateu recorde histórico. A taxa de desemprego, no trimestre encerrado em setembro, atingiu 14,6%. Em termos absolutos, eram 14,1 milhões de pessoas sem trabalho. Em comparação com o segundo trimestre, houve um aumento de 1,3 milhão de trabalhadores.

Segundo os institutos de pesquisa, os fatores que explicam esse elevado índice de desemprego estão em que 2,8 milhões de trabalhadores saíram em busca de emprego, com o corte pela metade do Auxílio Emergencial, e o aumento da flexibilização do isolamento social. Segundo dados da Pnad Covid, divulgados no dia 1/12, a força de trabalho chegou a 97,8 milhões em outubro, um aumento de 1,4 milhão desde setembro, quando o auxílio emergencial sofreu redução para R\$ 300,00. Assim, para não morrer de fome, os trabalhadores estão saindo às ruas, em busca de emprego.

De acordo com essa mesma pesquisa, a informalidade teve sua maior alta, com cerca de 700 mil novos trabalhadores, totalizando 29 milhões de empregos informais. Sabemos que esse nú-

mero é muito maior, pois, muitos deixam de procurar emprego, mesmo que sem carteira assinada, por saber que não encontrarão. Há ainda o recorde de desemprego entre os jovens. A taxa entre os jovens de 18 a 24 anos chega a 31,4%, no 3º trimestre, portanto mais que o dobro da taxa nacional.

Diante dessa trágica realidade, não faltaram promessas de candidatos a prefeito e a vereança. Todos apresentaram receitas de como criar empregos. Certamente, após às eleições, tudo virará pó. Lamentavelmente, as burocracias sindicais embarcaram no mesmo trem das promessas eleitoreiras. Os trabalhadores com consciência de classe devem combater a política das direções sindicais, e exigir que os sindicatos sejam colocados a serviço da luta pelos empregos e salários. O que significa convocar assembleias e organizar a luta da classe operária e demais explorados para ganhar as ruas. Somente por meio da ação direta (greves, manifestações, ocupações, etc.) é possível combater esse violento ataque do patronato e de seus governos.

Terceirização afeta todos os trabalhadores

Pela efetivação de todos os terceirizados!

A terceirização, que já era nefasta para a classe operária, ficou pior com a aprovação da lei da terceirização, pelo governo de ditadura civil de Temer, em março de 2017. Sua aprovação permitiu aos patrões terceirizar todas as atividades da empresa. O governo, deputados e senadores, corruptos defensores da proposta, mentiram dizendo que com sua aprovação seriam criados mais empregos. O fato é que o desemprego aumentou.

Hoje, já somos mais de 14 milhões de desempregados.

Ao terceirizar os postos de trabalho, os patrões reduzem seus custos, dividem os trabalhadores e precarizam as condições de trabalho, reduzindo salários e direitos. Os trabalhadores terceirizados recebem em média 1/3 do salário dos trabalhadores efetivos.

O Nossa Classe faz uma campanha permanente nas fábricas

cas contra a terceirização. Ao receber o boletim Nossa Classe, alguns companheiros dizem que o problema não é com ele, ou que não será afetado. Esse é um grave erro, companheiros. Para os patrões, nós trabalhadores somos uma peça mais da máquina, que ele troca quando quebra ou que ele não mais necessita. Não nos enganemos. Manter seu lucro é a única preocupação dos patrões. Para isso, eles não hesitam em demitir, terceirizar, reduzir salários e direitos.

Companheiros, o patrão, ao contratar os terceirizados, aca-

ba reduzindo também os salários dos efetivos. A redução geral do valor da força de trabalho resulta da concorrência entre os próprios trabalhadores à procura de um emprego. Os terceirizados concorrendo com os efetivos recebem menos, e assim os patrões podem também desvalorizar os salários dos efetivos. Está aí por que, para se defender os salários, é preciso acabar com a terceirização, e lutar contra o desemprego.

O Boletim Nossa Classe defende: 1) fim da terceirização; 2) trabalho igual, salário igual.

Governo quer o fim do auxílio emergencial

Depois das eleições, o governo se prepara para pôr fim ao auxílio emergencial de R\$ 300,00. O número dos brasileiros vivendo na pobreza aumentou mais de 8,6 milhões, enquanto o grupo em situação de miséria cresceu mais de 4 milhões. Com o fim do miserável auxílio, a situação se agravará.

Pelos critérios da ONU, a pobreza extrema engloba pessoas com renda familiar per capita inferior a US\$ 1,90 por dia. Já a população que vive abaixo da linha de pobreza é aquela com renda familiar per capita de US\$ 5,50 por dia. Ou seja, essa população não tem emprego formal, e depende exclusivamente dos auxílios para complementar renda. Os dados do Pnad Covid de outubro mostraram que os 10% mais pobres tinham renda domiciliar per capita de apenas R\$ 31,69, por mês, no período, excluindo o auxílio emergencial. Mais de 21 milhões de pessoas tinham apenas R\$ 1,05 por dia para sobreviver.

Aí está a face bárbara o capitalismo. Um sistema que produz riquezas incalculáveis, mas concentradas unicamente numa extrema minoria da população. Com as crises econômicas, mais trabalhadores são empurrados a engrossar as filas de miseráveis. O Boletim Nossa Classe diz que o capitalismo é um sistema econômico que jorra sangue por todos os poros. Não tem como solucionar o problema da pobreza e da miséria dos trabalhadores. A erradicação da fome e miséria será conquistada com o fim do capitalismo e a implantação do socialismo. A vanguarda com consciência de classe tem de trabalhar para erguer o partido revolucionário, que tem em seu programa a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Mais um entre milhares de assassinatos de jovens pobres. O que fazer?

Para a classe operária, a vida nunca foi fácil. Desde a sua origem, está obrigada a lutar nas ruas, para exigir o direito ao pão. Mas, este ano, a situação se agravou. A crise econômica, agravada com a pandemia, tem sido respondida por meio de ataques violentos, por parte dos governos e do Congresso Nacional. Iniciamos o ano já com um nível de desemprego altíssimo, de 13 milhões de desempregados. Logo vieram as medidas de isolamento social, que obrigaram uma parte dos operários a permanecer em casa, e outra continuar no trabalho. Uma onda de desemprego atingiu, desde os setores fabris, até o comércio. Juntamente, vieram a redução salarial e a suspensão de contratos. O remédio do governo Bolsonaro, auxílio emergencial de R\$ 600, mal dava para comprar uma cesta-básica, e não era para todos os desempregados, subempregados e informais. A situação se agravou quando foi reduzido pela metade. Não por acaso, os dados oficiais apontam o crescimento da fome e miséria, e uma tendência de piorar. Juntamente com a fome, cresceu a violência policial.

A juventude dos bairros operários é a grande vítima da repressão policial. Assassinatos, espancamentos e prisões fazem parte do cotidiano das famílias pobres. Um caso, entre milhares que ocorrem diariamente, é o do Jovem Wenny Sabino, morador da região do Sapopemba, zona leste de São Paulo. A polícia invadiu sua casa e começou a revistar, prática comum por parte dos policiais. Em seguida, assassinou Wenny. Diante desse crime bárbaro, os moradores têm feito manifestações, bloqueando a Av. Sapopemba. A mãe de Wenny, um adolescente de dezoito anos, relatou que encontrou seu filho morto no banheiro de casa. No protesto, os moradores diziam que estavam cansados de verem seus filhos assassinados pela polícia. A manifestação do dia 30 de novembro foi reprimida com bombas de gás lacrimogênio.

A defesa da vida dos jovens pobres é uma tarefa da classe operária. Enquanto o proletariado continuar à margem dos assassinatos, os governos, com seus aparatos repressivos, permanecerão praticando crimes, como esse que narramos. Os protestos não podem permanecer isolados, como se fossem um problema desta ou daquela favela ou cortiço. As direções sindicais e dos movimentos sociais, que se limitam a denunciar esses crimes, têm a obrigação de organizar a luta coletiva dos explorados contra o Estado-policial. Trata-se de uma luta que se soma à defesa de empregos e estudos, a todos os jovens.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Ato de 30 de novembro contra o assassinato do operário João Alberto

A manifestação foi convocada pelo movimento negro e Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Iniciou com uma concentração na rua Senador Flaquer, e fez uma caminhada até o Carrefour. No trajeto, foi distribuído um Manifesto, assinado por várias entidades. Em frente ao Carrefour, os manifestantes puderam usar a palavra. Temendo o protesto, os seguranças do lugar fecharam os portões.

Apesar de ser convocado pelo sindicato metalúrgico, embora da Força Sindical, não houve esforço de mobilizar os operários das fábricas da região. Sequer os dirigentes fizeram referência à classe operária, em suas intervenções. A palavra de ordem era de justiça para os assassinos de João Alberto. Por outro lado, os representantes do movimento negro levantaram

a consigna de retorno dos quilombos, como forma de resistência dos negros. Ao mesmo tempo que denunciavam a polícia pelo assassinato, os dirigentes recorreram à “proteção policial” para realizar a marcha.

O POR interveio com o Manifesto e o Jornal Massas. Usou a palavra para denunciar os crimes da burguesia, mostrando que o assassinato de João Alberto é parte da opressão de classe. Defendeu a unidade dos explorados para combater a violência policial, e lutar por empregos e salários. Ressaltou que será por meio da luta direta que os explorados enfrentarão a burguesia, seus governos e aparatos policiais. Concluiu mostrando que a erradicação de toda forma de exploração e opressão virá com a Revolução Proletária.

Um ano do massacre de Paraisópolis: PM, SSP e Doria seguem impunes

No dia 1 de dezembro, completou um ano do massacre na favela de Paraisópolis, zona sul de São Paulo. Naquele dia, em 2019, a polícia militar, a mando do governador do estado, João Doria, mostrou seu desprezo pela juventude preta e pobre, que vive sob condições terríveis de decomposição social, educacional e cultural, sendo obrigados a criar suas próprias formas de diversão. Os grandes bailes funk, os chamados “fluxos”, são produto direto da exploração e barbárie capitalistas.

O Manifesto do POR, lançado um dia depois da chacina policial, apontou que não se podem separar as manifestações da violência capitalista (violência policial, narcotráfico, doméstica etc.) dos problemas gerais, sofridos pela classe operária e demais oprimidos. Basta ver que na pandemia, onde a condições de vida pioraram, a violência capitalista se ampliou. As condições de miséria, impostas pela burguesia às massas faveladas, são a fonte de todo tipo de violência sofrida por elas. Não se devem procurar explicações fora dessa tese. Também apontou que não se deve confiar nos governos e na justiça burguesa para resolver nossos problemas, afinal são representantes da burguesia, e garantem a manutenção da opressão, dissemos: *“Os governantes, na realidade, são representantes da burguesia, que se utiliza do poder do Estado para manter sua dominação de classe e sustentar o capitalismo em decomposição. Está aí por que a Justiça e as leis são para criminalizar a maioria oprimida. O mais provável [...] é que reeditem a enfadonha tese de que se tratou de um caso isolado. Um ou outro policial pode receber alguma medida punitiva [...]. Enquanto isso, a Secretaria de Segurança Pública, sob o comando do governo do estado, continuará autorizando a matança da juventude nas favelas.”*

O que vimos até agora, um ano depois, é que nenhum policial foi condenado, apenas afastados das ruas. A investigação ficou paralisada, por vários meses, sob o absurdo pretexto da pandemia e da impossibilidade de receber técnicos colombianos, que treinariam a polícia brasileira em um programa

de simulação para resolver o caso. A retomada das investigações se deu um dia antes do aniversário de um ano. Um verdadeiro escárnio de Doria com as famílias das vítimas. As indenizações prometidas nunca vieram. O tio de uma vítima relatou: *“Doria fez um teatro, com a gente fragilizada, prometeu um monte, e depois nunca mais nos recebeu. Justiça é uma palavra que não existe!”*. E concluiu sobre a PM: *“[...] o lema não deveria ser ‘servir e proteger’, mas ‘punir e oprimir’”*. Identificando corretamente o papel do braço armado do Estado.

O Partido Operário Revolucionário denuncia os crimes da burguesia, de seus governantes, que inclui o aparato militar-policial. Rechaça as investigações sob o comando dos próprios assassinos. Defende que somente um Tribunal Popular poderá fazer a investigação e punir, de fato, os verdadeiros responsáveis pelas chacinas, como essa de Paraisópolis. Faz a defesa da juventude, levantando a bandeira de “nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola”. Rejeita os programas e reformas governamentais que sacrificam ainda mais os milhões de jovens e os explorados em geral. Denuncia as direções sindicais, que se recusam a organizar a classe operária e demais oprimidos para enfrentar as contrarreformas, que incluem as medidas repressivas contra o povo pobre e miserável. E trabalha para pôr em pé o partido revolucionário, que tem como estratégia a destruição do capitalismo, raiz da exploração e miséria de milhões, pela via da revolução proletária.

Essas bandeiras levantadas no momento do ocorrido mantêm sua plena vigência, e por isso estão reproduzidas aqui. No entanto, passado um ano de silêncio das autoridades, é fundamental acrescentarmos a necessidade urgente das organizações operárias (sindicatos e partidos) e organizações estudantis (UNE, UBES etc.) incorporarem, numa plataforma de luta, por empregos, salários e condições sanitárias, a defesa dessas e outras tantas famílias, que tiveram seus filhos e filhas arrancados pelas mãos do Estado.

Funcionários de escola convivem com a precariedade das escolas e a miserabilidade dos salários

Há alguns meses, os funcionários de escola estão trabalhando. Os problemas se avolumaram. Sem reajuste salarial, e com eliminação de direitos, as condições de existência vão de mal a pior. Ainda estão tendo de enfrentar o avanço da pandemia. Não são poucos os casos de funcionários contaminados. Mesmo diante dessa situação, a direção do sindicato, uma burocracia vinculada ao PT, se recusa a convocar reuniões e assembleias presenciais. Acatou a política burguesa do isolamento social, e se fechou em uma redoma. Só se comunica de forma virtual.

Essa política da burocracia sindical acabou deixando os funcionários à mercê das imposições de Doria, e de seus porta-vozes nas diretorias de ensino e escolas. Isoladamente, não tem como os funcionários defenderem suas condições de existência, que inclui a saúde pública. A Corrente Proletária tem visitado escolas, defendendo a convocação de assembleias presenciais, para que os funcionários possam tomar em suas mãos a luta pelos salários, condições de trabalho e pela saúde. Ao mesmo tempo, tem trabalhado para a organização de uma oposição classista, para arrancar do sindicato essa burocracia, que está submetida à política de Doria.

Rondônia Burocracia do Sintero armou uma fraude

No dia 05/11, aconteceu a eleição para a direção do sindicato dos trabalhadores da educação (Sintero). A burocracia aproveitou a pandemia, para convocar uma eleição virtual. Duas chapas se apresentaram: a chapa 1, que tinha como slogan “Renovação e experiência para lutar”, e a chapa 2, “Consciência e luta”. Dos 20 mil filiados, somente 6 mil votaram. A chapa 1 foi eleita com 3.551 votos. A chapa 2 obteve 2.208 votos, conseguindo vencer em uma das onze regionais. Dos 6 mil votantes, 110 votaram nulo e 214, em branco.

Como a eleição se deu em meio à pandemia, a democracia sindical, que já é restrita, esteve totalmente ausente. O processo de convocação das eleições, a inscrição de chapas, o debate nas escolas e o balanço da atual diretoria (que está no sindicato há 30 anos) não fizeram parte do processo eleitoral. Usando desse artifício, só poderia vencer a chapa da burocracia (chapa 1). Depois de encerrada a farsa, a chapa 2 acusou de “falta de lisura” o processo.

Agora, novamente no comando por mais três anos, a direção se dirigiu aos dois candidatos à prefeitura de Porto Velho, por meio de um documento para obter do eleito o compromisso de que não estará de costas para as reivindicações dos trabalhadores. Cada candidato assinou o documento com ressalvas: Cristiane assinou, dizendo que teria dificuldades de cumprir na íntegra todas as solicitações; Hildon destacou que depende do orçamento, que será diminuído em 2021. Portanto, a resposta já foi dada.

A Corrente Proletária denunciou a fraude eleitoral. Defendeu a convocação de assembleia presencial para discutir o processo eleitoral (como e quando se realizaria), e aprovar a luta em defesa das reivindicações.

Nota POR

Acidente? Não!

CAPITALISMO MATA 41 OPERÁRIOS EM TAGUAÍ

Um ônibus fretado bateu de frente com uma carreta no interior de São Paulo, na região de Avaré. O ônibus levava operários para trabalharem em uma fábrica têxtil – Status Jeans, em Taguaí. Estava superlotado, com 53 passageiros, sendo que tinha 44 assentos. O motorista alega falha nos freios, que o teria obrigado a mudar de faixa para ultrapassar um veículo mais lento, batendo de frente com a carreta que vinha no sentido oposto, dirigida por um rapaz de 20 anos, com carteira de motorista provisória, não autorizada para dirigir caminhão. O resultado foram 41 mortos. Quase todos, da cidade de Itaí. A polícia investiga as causas do acidente, e a imprensa pressiona para que seja dada uma resposta. A empresa não tinha registro na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), nem na Artesp (estadual). O ônibus não foi fiscalizado. Nem o caminhão.

O que se oculta

A fábrica de jeans não custeava o transporte dos operários, como manda a lei. Obrigava-os a procurarem seu próprio transporte. Os salários de trabalhadores têxteis são miseráveis. Os assalariados foram obrigados, então, a buscar um transporte que

fosse o mais barato possível. Se procurassem por uma companhia legalizada, não teriam como pagar seus preços, e assim não poderiam trabalhar. Sem trabalho, não teriam como alimentar suas famílias. A precarização do trabalho e a sua flexibilização capitalista (desregulamentação) agravam essa situação. Os operários têm de aceitar qualquer trabalho, e mesmo em outras cidades.

A empresa de ônibus é uma pequena transportadora clandestina, cujo carro não tinha pago IPVA, licenciamento ou DPVAT, além de 11 multas. As clandestinas proliferaram nos últimos anos, tendo como causas a alta dos preços das passagens, o desemprego, a falta de transporte oficial em muitas regiões, e, principalmente, o monopólio das máfias do transporte, a começar pelas empresas legalizadas. No transporte, não existe livre concorrência. Os trajetos são autorizados ou não por instâncias governamentais, passíveis de corrupção. O narcotráfico se liga ao transporte. As máfias dos planos de saúde também parasitam os motoristas e cobradores. As direções sindicais, em geral, são vendidas e gangsteris. O transporte público, nas mãos de capitalistas, é cada vez pior e mais caro.

O motorista de caminhão era um jovem assalariado. Não tinha

ainda a carteira de motorista com autorização para dirigir caminhões. Mas, quem conhece o funcionamento de qualquer empresa que tenha caminhões, por exemplo, uma pedreira, onde trabalhadores da produção são obrigados a dirigir caminhões de areia para entregas, até sem habilitação, sabe que isso ocorre em muitas outras empresas. O motorista tem de levar a carga, mesmo não sendo sua função, ou perde o emprego. Novamente, assim, não terá como sustentar sua família. Os patrões não contratam funcionários em número suficiente, e superexploram os que contratam.

Somente a classe operária organizada pode combater as condições econômicas que provocam acidentes como esse

Os assalariados não devem arcar com o custo de seu transporte à fábrica. A lei ainda impõe um desconto de até 6% dos salários para as empresas bancarem esse custo. Mas, nem isso os capitalistas querem manter. A superexploração do trabalho leva o patronato a pagar menores salários, e a cortar direitos. É preciso lutar para manter os empregos, por meio da estabilidade, garantir um salário que sustente a família operária, e fazer com que os patrões arquem totalmente com os custos de transporte dos funcionários, sem desconto, e por meio de transporte digno.

O transporte, em geral, e para o trabalho, em particular, deve ser estatizado e colocado sob controle operário. De forma a garantir que se cumpram as necessidades de manutenção, lotação, periodicidade de horários, itinerários, conforto geral, etc. Sob as

leis de funcionamento capitalista, o transporte só tende a piorar, massacrando os seus funcionários e os assalariados em geral, em benefício dos parasitas capitalistas.

Os trabalhadores não devem ser obrigados a exercer atividades para as quais não foram contratados, nem estejam habilitados. Que sejam contratados mais trabalhadores, com salários e treinamento adequados. Que se imponha o controle operário da produção, de forma a garantir que não ocorram arbitrariedades como essas. É preciso pôr fim à precarização do trabalho, sua desregulamentação, e todo tipo de medida de desvalorização da força de trabalho. É preciso garantir a aposentadoria mais cedo aos motoristas, no mesmo valor de seu salário, pois, têm desgaste maior, para que não tenham de trabalhar até a morte.

Como se vê, a tragédia põe de relevo algumas das reivindicações do programa geral da classe operária de combate ao capitalismo. Essas reivindicações não serão obtidas por meio da pressão parlamentar, ou das negociações nas instituições burguesas, ou da justiça patronal, ou por meio da eleição de um governo burguês “mais à esquerda”. A denúncia das causas do acidente deve servir para organizar o movimento operário em torno às suas próprias bandeiras de luta, defendê-las coletivamente, com seus próprios métodos de ação, pôr em pé suas organizações próprias, com total independência de classe, e sob a sua estratégia própria de poder, o governo operário e camponês, a ser alcançado por meio da revolução proletária. Para isso, é preciso organizar o melhor da vanguarda operária, sob o programa revolucionário e seu partido.

USP

Luxo do Boat Show diante de um CRUSP despedaçado

Entre os dias 19 e 24 de novembro, foi realizada uma feira náutica, na Raia Olímpica da USP. Um evento privado, a fim de atrair compradores de iates, jet-skis, botes infláveis, dentre outros. O reitor da USP, Vahan Agopyan, o diretor da Escola de Educação Física e Esportes, empresários e representantes do governo do estado promoveram diretamente a divulgação do evento. Cerca de 30 mil pessoas visitaram o Boat Show, cujo lucro estimado é de R\$ 260 milhões. A universidade arrecadou R\$ 400 mil. Houve protesto de moradores do CRUSP (Conjunto Residencial da USP), que foi respondido pela polícia militar com spray de pimenta e bomba de gás lacrimogêneo.

A privatização de espaços na USP e a precarização da moradia seguem a linha do privatismo mais geral da universidade. A instalação de fundações privadas, cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduação e divulgação científica, terceirização e precarização de grande parte dos serviços, etc. são mecanismos de favorecimento ao parasitismo de capitais sobre o orçamento, instalações e pessoal da USP.

A burocracia universitária, tendo à frente o Reitor, atua de forma autoritária para ampliar cada vez mais o privatismo. O interesse da maioria, dos que estudam e trabalham, só pode ser defendido por meio da mobilização massiva e unitária. A convocação das assembleias conjuntas, a deliberação das reivindicações unitárias, que permitam defender o ensino público e gratuito, assim como as demandas mais imediatas de salários, empregos, condições de ensino e pesquisa, e permanência estudantil, e também os meios para se impor essas demandas à burocracia universitária e ao governo, buscando a unidade com os movimentos de fora da universidade e o apoio da população assalariada, é o que se precisa para enfrentar com a força necessária as pressões privatistas.

O movimento de protesto, convocado pela Amorcrusp, apesar de mal organizado, conseguiu denunciar a utilização da USP como instrumento de interesses privados e da burocracia universitária venal. Sabia-se que um forte aparato policial protegeria o “São Paulo Boat Show”. O que era preciso evitar ao máximo as improvisações. Sem a devida preparação, o cerco policial conseguiu se impor facilmente, diante da passeata e da tentativa de bloqueio da Rua Alvarenga. De forma que a dispersão de uma parte dos manifestantes ocorreu sob a pressão da polícia militar. A experiência mostra a importância de se convocar a assembleia, constituir o comando, os comitês de defesa e a definição das bandeiras. A falha da direção da Amorcrusp e a falta de resposta das direções do movimento estudantil evidenciam o perigo da política burocrática e corporativa, diante da tarefa prática de organizar o movimento. É preciso dizer que, de conjunto, as direções se comprometeram com a política burguesa do isolamento social. O protesto contra o “Boat Show” comprovou que o imobilismo serviu apenas para desarmar os moradores, e para deixar o destino de suas condições de vida nas mãos da burguesia. É preciso romper com essa política, constituindo uma direção que expresse o programa proletário para a educação.

O Crusp, nos últimos anos, tem sido de onde brotam as principais mobilizações na USP. Sua organização e ação coletivas podem impulsionar a ação da maioria estudantil no restante da universidade. A defesa da unidade com os funcionários e setores não ligados à burocracia dos professores permite aumentar a força da luta. Que deve se voltar contra a reitoria e sua burocracia, em busca da real democracia e autonomia universitárias (soberania da assembleia geral universitária – dos 3 setores –, governo tripartite eleito diretamente, com mandato revogável e por voto universal).

Pernambuco

Plenária da Frente Única de Luta aprova resolução sobre poder nas escolas e universidades e aprova campanha de cartazes



O maior desafio é conseguir garantir os encaminhamentos práticos, considerando que alguns integrantes moram em outras cidades, que ainda não conseguimos massificar o comitê, e pela ausência de convocatória de manifestações mais amplas, por parte das direções dos movimentos sindicais, populares e estudantis.

No dia 25 de novembro, foi realizada a IV Plenária do Comitê Classista de Lutas. Foi debatido o problema do poder nas escolas e universidades, e como é urgente erguer as assembleias universitárias e escolares para enfrentar os ataques

dos governos e burocracias. Foi aprovada uma campanha conjunta de colagem de cartazes com os temas aprovados em todas plenárias, com a defesa dos empregos, salários, contra o EaD, a privatização, a reforma administrativa, pelo financiamento integral, e pelo retorno da luta real com a convocatória dos comitês e assembleias presenciais.

Debateu-se sobre o boicote do DCE ao encaminhamento da assembleia virtual setorial, de convocar uma assembleia presencial para 18 de novembro. Além disso, foi feito um balanço da criação desta frente, considerado positivo, por aglutinar organizações em torno de reivindicações comuns, e por aprovar resoluções que dão a base programática para o enfrentamento ao cenário atual. O maior desafio é conseguir garantir os encaminhamentos práticos, considerando que alguns integrantes moram em outras cidades, que ainda não conseguimos massificar o comitê, e pela ausência de convocatória de manifestações mais amplas, por parte das direções dos movimentos sindicais, populares e estudantis.

A reunião debateu e aprovou, com adendos, um documento, que consta dos seguintes pontos: 1) Quem decide os rumos das escolas e universidades?; 2) Cresce o número de reitores e interventores; 3) O peso do voto das categorias; 4) Autonomia como autogoverno; 5) Resposta classista ao problema do poder nas instituições de ensino. Participaram da discussão e elaboração as seguintes organizações: Movimento PPGE na Luta, Corrente Proletária na Educação, Mangue Vermelho e Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB).

Abaixo publicamos o último ponto, que é conclusivo:

Resposta classista ao problema do poder nas instituições de ensino

A bandeira que corresponde à defesa da autonomia como autogoverno da comunidade universitária é a de fim do reitorado e criação de um co-governo de estudantes, professores e técnicos, com a soberania da Assembleia Geral Universitária. A assembleia, além de ser um mecanismo de tomada de decisão, também é a forma de ter as forças sociais necessárias, expressas nos métodos de ação direta, para enfrentar a ingerência da burguesia e seu Estado, que impõem um plano de precarização, privatização e obscurantismo.

O governo Bolsonaro procura colocar as Instituições de ensino diretamente nas mãos do setor privado. O Future-se, por exemplo, permitia o controle das Organizações Sociais. A nova versão indica a pactuação com as burocracias universitárias,

mantendo a presença das fundações de apoio. Cresce, na educação básica, o controle da educação por entidades privadas, religiosas, e até mesmo militares. É preciso um forte movimento, para que as escolas, institutos e universidades sejam controlados por quem estuda e trabalha. O financiamento deve ser integralmente estatal, mas o controle deve ser coletivo.

Sob a pandemia, a necessidade de que a própria comunidade universitária e escolar decida os rumos das instituições mostram-se por inteiro. Enquanto o poder permanecer concentrado nas mãos da burocracia, as decisões, aberta ou veladamente, confluirão com os planos do imperialismo, dos monopólios e do governo federal. A resposta passa pela formação dos comitês e assembleias presenciais e unificados.



Boletim Nossa Classe – dezembro Política Operária

A maioria dos trabalhadores votou nas eleições municipais. Mas, sabe que não haverá mudança a seu favor. E quem imagina que os novos prefeitos vão atender as necessidades dos bairros operários e populares está iludido pelas mentiras dos partidos burgueses. Enfim, as eleições passaram, e o que nos sobra é lutar com nossas próprias forças.

O governo Bolsonaro diz que a economia começou a crescer, e que tudo vai voltar ao normal. Uma de suas ações é acabar com o auxílio emergencial. Se isso ocorrer, milhões de famílias, que já viviam na miséria, sofrerão ainda mais. Estamos sentindo na pele a alta do custo de vida. Para muitos, os salários não alcançam o final do mês. O pior dos mundos está sendo para os milhões de desempregados e subempregados. Sem um salário e um custo de vida nas alturas, aumentarão a miséria e a fome.

Os ricos, no entanto, ficam mais ricos. Os patrões ganham com o desemprego, valendo-se da concorrência entre os trabalhadores, que procuram uma vaga de trabalho. Os governos ajudam os patrões, impondo a reforma trabalhista, a lei da terceirização, e a reforma da Previdência. Os banqueiros usam a dívida pública, para especular com os juros. Os exploradores aproveitaram a pandemia para demitir, reduzir salários e quebrar direitos. Bolsonaro se prepara para privatizar os Correios, Eletrobrás e Petrobrás. O

que trará mais demissões e aumento de tarifas. É essa situação que a classe operária tem de enfrentar. É preciso exigir que as direções sindicais convoquem as assembleias, e organizem um movimento pelos empregos, salários, direitos e saúde pública.

O Boletim Nossa Classe defende:

Diante do desemprego massivo, a resposta operária é redução da jornada, sem redução dos salários, estabilidade no emprego, e escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais entre todos os trabalhadores); constituir comitês de empregados e desempregados.

Diante da alta do custo de vida, reposição de todas as perdas salariais, salário mínimo vital, e escala móvel de reajuste, de acordo com a elevação do custo de vida.

Diante do parasitismo financeiro e do saque imperialista, estatização e nacionalização, sob o controle operário.

Essa plataforma de reivindicações permite organizar um movimento unitário em todo o país, contra o avanço da fome e miséria, e rechaçar os novos ataques do governo e da burguesia. Basta que os sindicatos, centrais e movimentos convoquem assembleias, e impulsionem a organização independente, para que se reinicie o movimento de resistência dos explorados.

Boletim Nossa Classe - Pernambuco

O boletim trouxe como política operária a luta dos rodoviários contra as demissões. Diz: *“A suspensão da Greve pela direção do sindicato (PSOL/Resistência) foi uma traição à categoria. Sem a greve, as Empresas de ônibus continuam demitindo. A Assembleia do dia 17/11 aprovou a estabilidade de 1 ano, a negociata da direção rebaixou para 6 meses. Mas, nem isso está sendo cumprido. No dia seguinte à negociata, empresas continuaram demitindo na Caxangá, Metropolitana, Transcol e Pedrosa. A direção do sindicato abortou a greve, com a promessa de que as empresas aplicariam a lei contra a dupla função, a partir do dia 04/12. Ficou ostentando a publicação do Diário Oficial como garantia real. Já no dia 30/11, a Urbana-PE (cartel das empresas) afirmou que não irá cumprir. A direção do sindicato fez uma nota, dizendo que não se surpreende, e pede ao governador para mostrar quem manda. Ora! Se a direção já sabia que seria enrolada, por que suspendeu a greve? Já está claro que quem manda é o poder econômico, e a direção do sindicato obedece. No lugar de cumprir a greve aprovada, quer continuar arrastando a categoria pelas vias da justiça burguesa, que só favorecem o patrão, e levam os rodoviários à derrota. O Boletim Nossa Classe/POR defende que se convoque nova assembleia, onde deve ser eleito o comando de greve. Só a greve forte e organizada será capaz de impedir as demissões, e garantir a reintegração real de TODOS os demitidos”.*

O Boletim faz também a campanha em torno à bandeira do “Controle operário do sistema de transporte”. Afirma que “Enquanto o sistema estiver nas mãos dos capitalistas, o objetivo será apenas o lucro”. Denuncia que “apesar da aprovação da lei contra a dupla função, as empresas não cumprirão, porque isso se choca com seus interesses econômicos. O que importa aos capitalistas do transporte é lucrar, e, para



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido
Operário Revolucionário
03 de Dezembro de 2020
cpc.porpc@gmail.com
www.pornmassas.org
fb/massas.por

Rodoviários, a luta contra as demissões tem que continuar, NADA ESTÁ GARANTIDO!

Que o sindicato construa imediatamente a GREVE aprovada!

A suspensão da Greve pela direção do sindicato (PSOL/Resistência) foi uma traição à categoria. Sem a greve, as Empresas de ônibus continuam demitindo. A Assembleia do dia 17/11 aprovou a estabilidade de 1 ano, a negociata da direção rebaixou para 6 meses. Mas, nem isso está sendo cumprido. No dia seguinte à negociata, empresas seguiram demitindo na Caxangá, Metropolitana, Transcol e Pedrosa.

A direção do sindicato abortou a greve com a promessa de que as empresas aplicariam a lei contra a dupla função a partir do dia 04/12. Ficou ostentando a publicação do Diário Oficial como garantia real. Já no dia 30/11, a Urbana-PE (cartel das empresas) afirmou que não irá cumprir. A

direção do sindicato fez uma nota dizendo que não se surpreende e pede ao governador para mostrar quem manda. Ora! Se a direção já sabia que seria enrolada, porque suspendeu a greve? Já está claro que quem manda é o poder econômico e a direção do sindicato obedece.

No lugar de cumprir a greve aprovada, quer continuar arrastando a categoria pelas vias da justiça burguesa, que só favorecem o patrão e levam os rodoviários à derrota. O Boletim Nossa Classe/POR defende que o Sindicato convoque uma nova assembleia onde deve ser eleito o comando de greve. Só a greve forte e organizada será capaz de impedir as demissões e garantir a reintegração real de TODOS os demitidos.

TRAÍÇÃO! Direção do Sindicato (PSOL/Resistência) passa por cima da decisão da assembleia e aborta a greve

A direção do Sindicato dos rodoviários (PSOL/Resistência) passou por cima da decisão da categoria de iniciar a greve no dia 24/11 e suspendeu a greve horas antes de iniciar. A categoria ficou sabendo pela imprensa e a direção fez uma live para apresentar o acordo com a patronal, mais uma vez, como grande vitória. Isso levou a indignação de vários trabalhadores.

Uma rodoviária disse o seguinte: “A greve foi decidida em Assembleia, acredito que o sindicato tinha obrigação de chamar a categoria para mostrar as cláusulas da negociação e então decidir em Assembleia pelo cancelamento da greve”. Essa manifestação expressa a defesa do princípio básico da democracia operária: que a maioria, em Assembleia, decida os rumos da luta.

O PSOL/Resistência vai completar um ano na gestão e o saldo é: muita enrolação, muita promessa, e muita derrota fantasiada de vitória. Pediu paciência para os guarás esperarem os longos processos e articulações com governo, deputados e vereadores. Enquanto isso, aceitou a aplicação da MP 936, que redução de salário e flexibilização de direitos. Após atos bloqueando o acesso da cidade, a lei contra a dupla função foi aprovada.

Não preparar a greve nas garagens e rebaixar a pauta é coisa de sindicalista pelego

Apesar da assembleia do dia 17/11 ter aprovado a greve, os passos dados pelo PSOL mostraram que não era para valer. 1) Não prepararam a greve nas garagens; 2) Não criaram um comando de greve controlado pela base; 3) Usaram a deflagração da greve como encenação para negociar um acordo com os patrões; 4) Antes da greve, o sindicato fez carta pedindo a divulgação no diário oficial da lei contra a dupla função e disse: “Parar as demissões e garantir estabilidade do emprego é fundamental para acalmar os ânimos da categoria”.

A missão de acalmar a categoria é coisa de direção pelega. A direção combativa se apóia na justa revolta contra as demissões e violação de direitos para impulsionar a luta. Na carta, a direção já abria mão da reintegração dos demitidos. Não é a mesma coisa o fim da

isso, não vão deixar de ditar os rumos do transporte público”. E conclui: “é necessário lutar pela estatização do transporte, sem indenização, e criação de um único sistema público, sob controle operário. Pelo fim do controle dos capitalistas, que arrancam nosso couro, e nos tiram o trabalho”.

Boletim Nossa Classe – Ecetista

O Boletim traz como política operária a denúncia do lucro bilionário dos Correios e das demissões. E a campanha de que é preciso retomar a organização e a luta. Diz: *“O lucro da empresa deve ultrapassar o R\$ 1 bilhão, chegando à mesma lucratividade de 2012. Tal lucro ocorreu pela expansão do mercado, com a pandemia e o crescimento do e-commerce, mas também pela quebra do Acordo Coletivo, que retirou direitos e benefícios dos 100 mil ecetistas. Ou seja, o lucro nasce da maior exploração de nosso trabalho. Ao mesmo que a empresa lucrrou enormemente, apresentou, agora em 10 de novembro, uma nova medida, apoiada na Reforma da Previdência, de desligar todos os trabalhadores aposentados que estão na ativa. A justificativa da empresa é que a Emenda Constitucional 103, de 2019, impede acúmulo*

de vencimento do mesmo órgão pagador. Ou seja, centenas de trabalhadores dos Correios perderão mais essa fonte de renda (os aposentados trabalham porque a aposentadoria já é uma miséria), e a empresa contará com menos trabalhadores, já que concursos não ocorrem há quase uma década, e os contratos são cada vez mais precarizados, aumentando a exploração de trabalho para todos”.

O boletim denuncia a política da direção da FENTECT, que recorreu à justiça com Ação Cível Pública, para impedir o desligamento compulsório dos aposentados da ativa. As ações na justiça, depois deste ano de quebra do ACT, deveriam ter mostrado o seu fracasso. Mas, as direções sindicais voltam a colocar “esperanças” em resultados positivos a partir da justiça. E conclui com a pro-

posta de *“organizar a mobilização contra qualquer demissão. Não só porque a empresa está tendo lucro, não só porque aumentará a carga de nosso trabalho, mas sobretudo porque emprego não se negocia. As direções de cada região e as federações nacionais têm a obrigação de organizar a mobilização permanentemente, para fazer frente aos ataques recorrentes do governo e da empresa”.*

O Boletim Ecetista exige que as direções convoquem as assembleias presenciais para debater os problemas da categoria e as reivindicações de todos os trabalhadores. O governo retomou o plano de privatização dos Correios. Retomar a organização e a mobilização é a única forma para fazer frente a política privatista e exploradora dos governos e das empresas capitalistas.

Ceará

Boletim O Proletário

O Boletim denuncia o governo de cortar o auxílio emergencial: *“O Ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito, reiteradas vezes, que não haverá prorrogação do auxílio emergencial, e que a última parcela será paga até o final deste mês”.* Primeiro, reduziu pela metade o seu valor; agora, fala em fim. O auxílio, embora miserável, serviu de subsistência para milhões de pessoas. Qual deve ser nossa luta? Exigir que as direções sindicais e populares convoquem as assembleias, para organizar os explorados para enfrentar os governos e os patrões. Exigir empregos com carteira a todos os desempregados e informais, o que significa o combate pela redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários. Que os patrões devolvam, imediatamente, todos os empregos que foram arrancados durante a pandemia. Portanto, que se aprove uma plataforma de reivindicações, que unifique trabalhadores empregados e desempregados, por empregos, salários, direitos e saúde pública.

O Boletim trouxe também uma parte sobre a formação política. Eis o tema: *“O que é o capitalismo, afinal? Capitalismo é o sistema econômico em que vivemos, baseado na exploração do trabalhador pelos capitalistas (empresários, burgueses), no lucro, no trabalho assalariado e na grande propriedade privada dos meios de produção (máquinas, terra, indústrias, fazendas, comércio, etc.). Toda a economia do Brasil e do mundo é controlada pelos grandes bancos, empresas multinacionais (grandes monopólios). No capitalismo, regiões e países ficam pobres para outros ficarem ricos. Uma minoria fica rica, e a imensa maioria passa fome. Os serviços públicos gratuitos como educação e saúde são precarizados pelos governos, para que os capitalistas, que vendem esses serviços, possam lucrar. Quanto pior os serviços públicos, melhor para os empresários que ganham com suas escolas, clínicas e hospitais privados. O capitalismo só oferece desemprego, drogas, violência, desespero e miséria para a juventude. Por isso, temos de pôr fim a esse sistema econômico, e construir uma sociedade sem explorados nem exploradores, o socialismo”.*

Boletim da Corrente Proletária na Educação – São Paulo



Órgão do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Apoiesp / Sinpeem
Número de 200

Em defesa do ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!

POLÍTICA OPERÁRIA

Acabaram as eleições municipais, acabaram as desculpas para não realizar a luta nas ruas!

Que a Apeoesp e o Sinpeem convoquem imediatamente as assembleias presenciais!

As eleições municipais ficaram para trás. Na Capital paulista, o PSDB de Covas renovou o seu domínio por mais quatro anos. A Câmara Municipal

bleias e dos atos presenciais, para que os trabalhadores pudessem responder à ofensiva burguesa sobre os salários, empregos e direitos, logo que se apro-

O boletim de dezembro contou com um balanço das eleições municipais, com a reeleição do prefeito Bruno Covas. Denuncia a política de caça de votos das direções sindicais. E retoma a campanha para que as direções da Apeoesp, Sinpeem e Afuse convoquem as assembleias presenciais, para se aprovar o caminho da luta contra o fechamento de salas de aulas e turnos, a terceirização, o ensino a distância, o desemprego e subemprego. A submissão à política burguesa do isolamento social por parte das burocracias sindicais permitiu que o governador e prefeito impusessem mais ataques aos trabalhadores da educação, a exemplo do aumento da contribuição da Previdência, que inclui os aposentados, e do desconto do Iamspe, bem como as PEIs (ou seja, Escolas de tempo integral, que expulsam alunos e fecham o período noturno).



Damos continuidade à homenagem aos duzentos anos do nascimento de Friedrich Engels. No Jornal Massas anterior, publicamos uma biografia e um estudo sobre a participação de Engels na Liga dos Justos, depois transformada em Liga dos Comunistas. Agora, traduzimos o artigo de Lênin “A Correspondência entre Marx e Engels”. Foi escrito em dezembro de 1913, mas publicado em 28 de novembro de 1920, por ocasião do centenário do nascimento de Engels.

A Correspondência entre Marx e Engels

Lênin

Finalmente, foi publicada a edição da correspondência entre os célebres fundadores do socialismo científico. Engels encarregou a Bebel e Bernstein a edição. E Bebel a concluiu, conseguiu, pouco antes de morrer, sua parte no trabalho de redação.

A correspondência entre Marx e Engels, publicada há algumas semanas pelo editorial Dietz (Stuttgart), constitui quatro grandes volumes. Neles, estão contidas um total de 1.386 cartas, no longo período entre 1844 a 1883.

O trabalho de redação, isto é, de escrever os prefácios da correspondência de diferentes períodos, foi feito por Eduard Bernstein. Como era de esperar, esse trabalho é insatisfatório, tanto do ponto de vista técnico, como ideológico. Depois da sua tristemente famosa “evolução” para as concepções oportunistas extremadas, Bernstein não poderia ter sido encarregado da publicação das cartas, tão profundamente impregnadas de espírito revolucionário. Os prefácios de Bernstein são em parte desprovidos de conteúdo, em parte sensivelmente falsos. Por exemplo, em lugar de uma caracterização precisa, clara e direta, dos erros oportunistas de Lassalle e Schweitzer, desmascarados por Marx e Engels, encontram-se frases ecléticas e ataques, do tipo “Marx e Engels nem sempre tiveram razão contra Lassalle” (T. III, p. XVIII), ou que, em sua tática, “estavam mais próximos” quanto à tática de Schweitzer, do que de Liebknecht (T. IV, p. X). Não há nesses ataques outro conteúdo, além do desejo de esconder e embelezar o oportunismo. Infelizmente, a atitude eclética, diante da luta ideológica de Marx contra muitos dos seus adversários, é difundida cada vez mais entre os socialdemocratas alemães de nossos dias.

Do ponto de vista técnico, o índice é insatisfatório: um só para os quatro volumes (por exemplo, são omitidos os nomes de Kautsky e Stirling); as notas a determinadas cartas são demasiadamente pobres, perdendo-se nos prefácios do redator, em vez de serem colocadas ao lado das cartas correspondentes, como fez Sorge, etc.

A correspondência foi editada a um preço excessivamente elevado — cerca de 20 rublos, para os quatro tomos. Não há dúvida de que se podia e se devia editar a correspondência completa de maneira menos luxuosa, e a um preço mais acessível, e além disso

publicar — para ampla difusão entre os operários — uma seleção de passagens mais importantes, do ponto de vista dos princípios.

Todos esses defeitos da edição dificultam, naturalmente, o acesso ao conhecimento da correspondência. É pena, porque a sua importância científica e política é enorme. Diante do leitor, não só aparecem como claros destaques, Marx e Engels, em toda sua grandeza, mas também revela nitidamente o riquíssimo conteúdo teórico do marxismo, uma vez que Marx e Engels analisam repetidamente, em suas cartas, os mais diversos aspectos de sua doutrina, assinalando e explicando — o mais novo (em relação às concepções anteriores), o mais importante e difícil.

Diante do leitor, não só aparecem como claros destaques, Marx e Engels, em toda sua grandeza, mas também revela nitidamente o riquíssimo conteúdo teórico do marxismo, uma vez que Marx e Engels analisam repetidamente, em suas cartas, os mais diversos aspectos de sua doutrina, assinalando e explicando — o mais novo (em relação às concepções anteriores), o mais importante e difícil.

Perante o leitor, se expõe o espantoso quadro vivo da história do movimento operário de todo o mundo, nos momentos mais importantes e nos pontos mais essenciais. Mais valiosa ainda é a história da política da classe operária. Com os mais diversos motivos, em diferentes países do velho e do novo mundo, em diversos momentos históricos, Marx e Engels analisam os princípios mais importantes sobre as tarefas políticas da classe operária. E o período que abarca a correspondência foi um período no qual a classe operária se separou da democracia burguesa, um período no qual surgiu um movimento operário independente, um período no qual se definiram os princípios fundamentais da política e a tática do proletariado. Quanto maior é a frequência com que observamos, em nossos dias, como o movimento operário em diferentes

países sofre com o oportunismo, devido ao estancamento e decadência da burguesia, devido à atenção dos dirigentes operários estar absorvida por trivialidades do dia, etc., tanto mais precioso é o riquíssimo material da correspondência, que mostra uma profunda compreensão dos objetivos revolucionários básicos do proletariado, permite uma definição extraordinariamente flexível das tarefas táticas do momento, do ponto de vista desses objetivos revolucionários, e sem fazer a menor concessão ao oportunismo ou à fraseologia revolucionária.

Se tentarmos definir em uma só palavra o foco, por assim dizer, de toda a correspondência, o ponto central em que converge todo o corpo de ideias expressadas e discutidas, essa palavra seria dialética. A aplicação da dialética materialista, na revisão de toda a economia política, desde os seus fundamentos, sua aplicação na história, nas ciências da natureza, na filosofia, na política e na tática da classe operária: isso era o que interessava mais que tudo a Marx e Engels, nisso contribuíram com o que é mais essencial e novo, e isso constituiu o extraordinário avanço que se produziu na história do pensamento revolucionário.

Na exposição que se segue, nos propomos, depois de um exame geral da correspondência, esboçar as observações e considerações mais importantes de Marx e Engels, sem pretender, de modo algum, esgotar todo o conteúdo das cartas.

I. Exame Geral

A correspondência começa com as cartas escritas em 1844, por Engels, a Marx. A situação então existente na Alemanha surge com notável relevo. A primeira carta situa-se em fins de setembro de 1844, e foi enviada de Barmen, onde vivia a família de Engels, e onde ele nasceu. Engels ainda não tinha ainda 24 anos completos. Aborrecia-se no meio familiar e aspirava afastar-se. Seu pai era um déspota, um industrial beato, indignado com as andanças do filho pelas reuniões políticas, e com as suas convicções comunistas. Engels escreveu que, se não fosse por sua mãe, a quem queria profundamente, não permaneceria em sua casa, nem mesmo os poucos dias que lhe faltavam para partir. *“Não podes imaginar — se queixa a Marx — os motivos mesquinhos e os temores supersticiosos, que minha família lança contra a minha partida”*.

Enquanto Engels continuava em Barmen — onde uma história de amor o reteve ainda algum tempo — cedeu à insistência de seu pai, e trabalhou cerca de duas semanas no escritório da empresa (o seu pai era industrial). *“O comércio é infame”*, escreve ele a Marx; *«Barmen é uma cidade infame, e também é a forma com que se perde o tempo, mas o mais infame é ser, além de burguês, fabricante, isto é, um burguês que se opõe ativamente ao proletariado»*. Meu consolo, continua Engels, trabalhando em um livro sobre a situação da classe operária (como se sabe, este livro foi publicado em 1845, e é uma das melhores obras da literatura socialista mundial). *“Talvez alguém possa ser comunista e continuar sendo exteriormente um burguês*

Bicentenário do nascimento de Friedrich Engels

e um burro de carga do comércio, se não realiza nenhuma atividade literária; mas levar a cabo uma ampla propaganda comunista e dedicar-se, ao mesmo tempo, ao comércio e à indústria, é impossível. Vou embora daqui. Além disso, a vida embrutecedora de uma família inteiramente cristã-prussiana, já não posso suportar; com o tempo, eu poderia tornar-me um filisteu alemão e introduzir o filisteísmo no comunismo”. Assim escrevia o jovem Engels. Depois da revolução de 1848, a vida forçou-o a regressar ao escritório do pai, e a tornar-se por longos anos em “burro de carga do comércio”. Mas, soube se manter firme, e criar um ambiente bem distinto do cristão-prussiano, um ambiente de camaradagem, e chegar a ser, para toda a vida, um inimigo implacável da “introdução do filisteísmo no comunismo”.



A aplicação da dialética materialista, na revisão de toda a economia política, desde os seus fundamentos, sua aplicação na história, nas ciências da natureza, na filosofia, na política e na tática da classe operária: isso era o que interessava mais que tudo a Marx e Engels, nisso contribuíram com o que é mais essencial e novo, e isso constituiu o extraordinário avanço que se produziu na história do pensamento revolucionário.

Em 1844, a vida social nas províncias alemãs tinha muita semelhança com a vida social russa do início do século XX, antes da revolução de 1905. Todo mundo procurava participar na vida política, todos ferviam de indignação contra o governo, o clero atacava a juventude pelo seu ateísmo; os filhos das famílias burguesas atritavam com seus pais, devido ao “tratamento aristocrático dado aos criados ou aos operários”.

O espírito geral de oposição se expressava em todo o mundo, declarando-se comunistas. *“Em Barmen — escrevia Engels a Marx — o comissário da polícia é comunista”*. Estive em Colônia, Dusseldorf, Elberfeld, em a toda a parte, se tropeça a cada passo com comunistas!” *“Um ardente comunista, um caricaturista... que se chama Seel, irá dentro de dois meses a Paris. Darei a ele o seu endereço; gostará de todos, porque é entusiasta, e gosta de música, e poderá ser muito útil como caricaturista”*.

“Aqui em Elberfeld acontecem milagres. Ontem (a carta está datada de 22 de fevereiro de 1845), em uma sala bem grande do melhor restaurante da cidade, realizamos nossa terceira

assembleia comunista. A primeira contou com 40 participantes; a segunda, 130, e a terceira, com cerca de 200 pessoas. Todo Elberfeld e Barmen, da aristocracia do dinheiro até os pequenos lojistas, estava representado, a exceção do proletariado”.

Assim, literalmente, escreve Engels. Na Alemanha, todos eram então comunistas, exceto o proletariado. O comunismo era uma forma de expressão dos sentimentos de oposição de todos, e, em primeiro lugar, da burguesia. *“O público mais estúpido, mais indolente, mais filisteu, que nunca se interessou por nada no mundo, começa quase a se entusiasmar pelo comunismo”*. Os principais pregadores do comunismo eram então pessoas do tipo de nossos populistas, “socialistas-revolucionários”, “socialistas populares”, etc., isto é, burgueses bem intencionados, mais ou menos enfurecidos com o governo.

Em tais condições, em meio a muitas tendências e frações pseudo socialistas, Engels soube abrir caminho ao socialismo proletário, sem temor de ruptura com muitas pessoas honestas, ardentes revolucionários, mas maus comunistas.

Em 1846, Engels estava em Paris. Paris fervia com a política e o debate sobre diversas teorias socialistas. Engels estudou, avidamente, o socialismo, relacionou-se pessoalmente com Cabet,

Louis Blanc e outros destacados socialistas, frequentou as redações e os círculos.

Sua principal atenção se concentrou na doutrina socialista mais importante e divulgada na época: o proudhonismo. E, antes da publicação da Filosofia da Miséria, de Proudhon (outubro de 1846; a célebre resposta de Marx, Miséria da Filosofia, apareceu em 1847), Engels criticou com sarcasmo implacável e notável profundidade as ideias fundamentais de Proudhon, que eram defendidas em especial pelo socialista alemão Grün. Seu excelente conhecimento da língua inglesa (que Marx dominou muito mais tarde), e da literatura inglesa, permitiu a Engels assinalar imediatamente (carta de 16 de setembro de 1846) o exemplo da bancarrota, na Inglaterra, das famosas “bolsas de trabalho” de Proudhon. Proudhon denigre o socialismo, indignando Engels. Segundo Proudhon, os operários devem comprar capital!

Aos 26 anos, Engels, literalmente, aniquila o “socialismo verdadeiro”, expressão que encontramos em sua carta de 23 de outubro de 1846, muito antes que aparecesse o Manifesto Comunista, e menciona Grün como o principal representante de tal socialismo. Uma doutrina “antiproletária, pequeno-burguesa e filisteia”, “pura fraseologia”, todo tipo de aspirações “humanitárias”, o “temor supersticioso de um comunismo ‘grosseiro’” (literalmente: Löffel-Kommunismus, isto é, “comunismo de colher”, ou “comunismo do comestível”), “planos pacíficos para tornar a humanidade feliz: essas são algumas das caracterizações de Engels, que se aplicam a todo tipo de socialismo pré-marxista.

“Durante três noites – escreve Engels – discutimos sobre o proudhonismo. Quase todos, com Grün à cabeça, estavam contra mim. (...) O ponto principal foi demonstrar a necessidade de uma revolução violenta” (23 de outubro de 1846). Finalmente, fiquei furioso, e acusei meus adversários com tanta energia, que eles se viram obrigados a atacar abertamente o comunismo. Exigi que se pusesse em votação

se eram ou não comunistas. Isso causou grande indignação entre os partidários de Grün, que começaram a defender que tinham se reunido para tratar do “bem da humanidade”, e que deviam saber o que era realmente o comunismo. Apresentei, então, a mais simples definição, para não lhes permitir escapar pela tangente. “Defini, escreve Engels, os objetivos dos comunistas dessa maneira: 1) defender os interesses do proletariado em oposição aos da burguesia; 2) realizar isso mediante a abolição da propriedade privada e a sua substituição pela comunidade de bens; 3) não reconhecer nenhum outro meio de levar a cabo esses objetivos, que não seja a revolução democrática violenta” (escrito um ano e meio antes da revolução de 1848).

A discussão terminou com a aceitação por parte da reunião, por 13 votos contra 2 dos partidários de Grün, em favor da definição dada por Engels. Assistiram a essas reuniões cerca de 20 artesãos marceneiros. Desse modo, há 67 anos, se assentaram em Paris as bases do Partido Operário Socialdemocrata da Alemanha.

Um ano mais tarde, em sua carta de 24 de novembro de 1847, Engels informa a Marx que preparou um rascunho do Manifesto Comunista, e de passagem se pronuncia contra a forma de catecismo proposta inicialmente. “Começo – escreve Engels – pelo problema do que é o comunismo, e, depois, diretamente ao proletariado: história de sua origem, diferença com os trabalhadores de antes, desenvolvimento da contradição entre o proletariado e a burguesia, crises, conclusões”. “No final, a política de partido dos comunistas”.

Essa histórica carta de Engels sobre o primeiro rascunho de uma obra que percorreu o mundo, e que até hoje é correta no essencial, viva e atual, como se tivesse sido escrita ontem, demonstra com toda a clareza que os nomes de Marx e Engels figuram, com razão, lado a lado, como fundadores do socialismo contemporâneo.

Escrito em fins de 1913, e publicado pela primeira vez em 28 de novembro de 1920, no Pravda.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XX, Akal Editor)

Engels

Miséria e epidemia

O estudo de Friedrich Engels sobre “A Situação da Classe Operária na Inglaterra” foi publicado, pela primeira vez, em 1845. Engels contava com 24 anos. No prefácio da edição de 1892, portanto, 47 anos após a primeira edição, Engels reconhece que muita coisa mudou, mas o fundamental da exploração do trabalho permaneceu. As concessões que a burguesia foi adotando na Inglaterra, o mais poderoso país do mundo, naquele momento, somente atendiam ao objetivo “de acelerar a concentração de capital nas mãos de poucos, esmagar os pequenos concorrentes, aqueles que não podiam viver sem os ganhos excepcionais”. Engels conclui: “E assim se vem revelando, mais e mais, o grande fato principal, de que a causa da miséria da classe operária se deve buscar, não nos pequenos inconvenientes, mas no próprio sistema capitalista”. Ressalta que sua compreensão mudou muito, com o passar do tempo. O socialismo científico ainda não havia se configurado como tal. Assim, o seu estudo detalhado e rigoroso sobre as condições de existência da classe operária, refletidas nos bairros em que vivia, acabou sendo um embrião do moderno socialismo. Faz uma importante revisão na parte final do livro. Eis: “E, como o embrião humano dos primeiros degraus de seu desenvolvimento, reproduz as guel-

ras de nossos predecessores, os peixes, assim este livro mostra, em todas as suas partes, as pegadas da origem do moderno socialismo, derivado de um predecessor, a filosofia clássica alemã. Por isso, foi dada grande importância – especialmente no final – à afirmação de que o comunismo não é uma simples doutrina de partido da classe operária, mas uma teoria, cujo olhar final é a libertação de toda a sociedade, incluído os capitalistas, das condições opressivas do presente. Essa afirmação é justa no sentido abstrato, mas na prática é mais daninha que útil”. Essa observação afirma a importância decisiva do partido revolucionário, para se realizar a revolução social.

Estamos há 175 anos do livro “A Situação da Classe Operária na Inglaterra”. O capitalismo desenvolveu em grande escala as forças produtivas. O que permitiu modificar a situação descrita em 1845, na Inglaterra. As potências que exploram o mundo inteiro puderam criar uma condição de existência para a classe operária muito acima da miséria. No entanto, não é o que se passa na imensa maioria dos países semicoloniais. As favelas na América Latina e na África, principalmente, conservam muito do que foi descrito por Engels. O problema da pandemia e doenças de fácil erradicação permanecem facilitadas

pela pobreza, miséria e fome das massas. Também se observa, nas potências, que o capitalismo em desintegração regrida as condições de existência de suas populações, e agrava parte daquelas que se constituiu pela imigração. A pandemia do coronavírus nos levou a consultar “A Situação da Classe Operária na Inglaterra”, precisamente no capítulo “Resultados”, onde Engels demonstra as condições sociais propícias ao tifo, e todo tipo de doenças.

Reproduzimos abaixo algumas passagens:

“Como tratamos, com certa amplitude, a situação em que vive a classe operária inglesa nas cidades, estamos, agora, em condições de extrair, dos fatos, conclusões posteriores e novamente confrontá-los. Vimos o que se fez dos trabalhadores em tais circunstâncias; que tipo de gente encontramos entre eles;

E se a vida, nas grandes cidades, não é em si e por si vantajosa para a saúde, que tamanha será a influência danosa de uma atmosfera anormal nos bairros operários, onde, como vimos, está aglomerado tudo que pode piorar na atmosfera!

como se constituiu sua condição física, intelectual e moral.

Se o indivíduo provoca, em outro, um dano físico, que lhe cause a morte, chamamos de homicídio; se o autor soubesse, com antecedência, que o dano seria mortal, chamamos a sua ação de assassinato premeditado. Mas, se a sociedade reduz centenas de operários a uma situação tal, que, necessariamente, caem vítimas de uma morte prematura e anti-natural, de uma morte tão violenta como a morte por meio de uma espada ou de um porrete; se se impedem a milhares de indivíduos as condições necessárias para a vida, se os coloca em um estado em que não pode viver, se os constrange, com o forte braço da lei, a permanecer em tal estado até a morte, morte que deve ser consequência desse estado; se essa sociedade sabe e sabe muito bem, que esses milhares de indivíduos devem cair vítimas de tais condições, e, no entanto, deixa que perdure tal estado de coisas, isso constitui,

Bicentenário do nascimento de Friedrich Engels

justamente, um assassinato premeditado, como a ação do indivíduo, somente um assassinato mais oculto, mais perverso, um assassinato contra o qual ninguém pode se defender, que não parece, porque não se vê o autor, porque é a obra de todos e de ninguém, porque a morte da vítima parece natural, e porque não é tanto um pecado de ação como um pecado de omissão. Mas, isso não deixa de ser um assassinato premeditado. (...)

Nota-se que uma classe que vive nas condições acima descritas, e que está tão miseravelmente esquecida, que tem as mais prementes necessidades para viver, não pode ser sadia, nem chegar à velhice. (...) E se a vida, nas grandes cidades, não é em si e por si vantajosa para a saúde, que tamanha será a influência danosa de uma atmosfera anormal nos bairros

operários, onde, como vimos, está aglomerado tudo que pode piorar na atmosfera! (...) Todas as matérias, animais e vegetais putrefatas, produzem gases sumamente nocivos para a saúde, e se esses gases não têm nenhum escape livre, devem, consequentemente, infestar

a atmosfera. As imundices e charcos, que existem nos bairros operários das grandes cidades, produzem as piores consequências para a saúde pública, porque exalam os gases portadores das enfermidades, e o mesmo deve se dizer a evaporação dos fluídos pestilentos. (...)

E se tudo isso não fosse o bastante, depois de tê-lo suportado, cai vítima de uma crise de desemprego, que lhe tirará o pouco que, até então, se lhe havia garantido. Como é possível que, nessas condições, a classe operária possa viver sã e por muito tempo? O que se pode esperar, a não ser uma proporção exorbitante de mortes, uma existência contínua de epidemias, e um inevitável enfraquecimento físico progressivo da geração de trabalhadores? (...) Está provado, amplamente, que as moradias dos trabalhadores, nas piores localidades da cidade, junto com a antiga condição de vida dessa classe, provocam grande quantidade de enfermidades. (...)

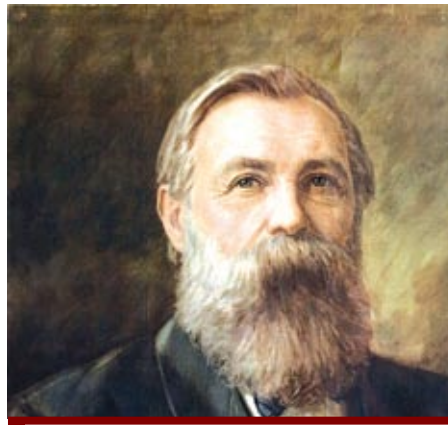
Com a tuberculose, além de outras enfermidades agudas e a escarlatina, compete a enfermidade que causa os danos mais terríveis entre os trabalhadores: o tifo. Este mal, muito difundido segundo os informes oficiais sobre as condições de saúde dos trabalhadores, é consequência direta do péssimo estado das moradias, no que se diz respeito à ventilação, umidade e falta de limpeza. Este informe – que, não esquecemos, foi elaborado pelos melhores médicos ingleses, sobre dados de outros médicos – afirma que um pátio mal ventilado, uma rua sem saída, especialmente se os moradores vivem amontoados, e a matéria orgânica se transporta nas proximidades, estão sujeitas a produzir a febre, e quase sempre, de fato, a produzem. Essa febre tem quase sempre o mesmo caráter, e se desenvolve, em quase todos os casos, o tifo.

A febre tifoide se encontra nos bairros operários de todas as grandes cidades, assim como nas ruas mal construídas e mal-conservadas das pequenas regiões, sendo sua difusão maior nos piores bairros, ainda quando, parcialmente, atinge até mesmo as melhores vítimas. Em Londres, dominou, durante longo tempo; em 1837, sua extraordinária violência deu lugar

ao mencionado informe. (...) Mas, parece que o furor da enfermidade, nestes primeiros períodos, foi um jogo de crianças, se comparado com a pandemia, em seguida à crise de 1842. Uma sexta parte dos pobres da Escócia foi atacada por essa febre, e o mal, a causa dos mendigos que emigravam, passou com feroz rapidez, de um país a outro; não respeitou classes sociais; em dois meses, houve tantos enfermos de febre como nos doze anos anteriores. (...)

Se se recorda a condição em que vivem os trabalhadores, se se pensa como estão lotadas suas moradias, como em cada lugar está cheio de homens; que enfermos e sãos dormem no mesmo quarto, em um só lugar, se espanta alguém de que uma enfermidade infecciosa, como essa febre, não se estenda ainda mais. E se se pensa quão escassos são os auxílios medicinais à disposição dos enfermos, que muitos dos conselhos dos médicos não se seguem e que permanecem desconhecidos os mais elementares preceitos dietéticos, a mortalidade nos parece ainda pequena. O doutor Alison, que conhece muito bem a enfermidade, a relaciona, no citado informe, com a miséria e o estado de pobreza dos indigentes; afirma que, devido às privações e a insuficiente satisfação das necessidades da vida, a epidemia de enfermidades infecciosas facilmente ataca esses corpos, e rapidamente se estende. (...)

Todas as enfermidades, que derivam das condições de vida dos operários, são aceleradas pelo alcoolismo, assim, o desenvolvimento de enfermidades crônicas e do baixo ventre, como a origem e propagação do tifo, são favorecidas por ele, ao mais alto grau. (...) As mulheres que trabalham em casa, e devem cuidar de seus filhos ou os filhos de outros, dão-lhes bebida, a fim de tranquilizá-los e, como muitos acreditam, para que cresçam mais robustos. se começa, às vezes desde o nascimento, a dar-lhe a bebida, sem conhecer as nocivas consequências desse 'remédio cordial', até que morrem.



Todas as enfermidades, que derivam das condições de vida dos operários, são aceleradas pelo alcoolismo, assim, o desenvolvimento de enfermidades crônicas e do baixo ventre, como a origem e propagação do tifo, são favorecidas por ele, ao mais alto grau. (...) As mulheres que trabalham em casa, e devem cuidar de seus filhos ou os filhos de outros, dão-lhes bebida, a fim de tranquilizá-los e, como muitos acreditam, para que cresçam mais robustos. se começa, às vezes desde o nascimento, a dar-lhe a bebida, sem conhecer as nocivas consequências desse 'remédio cordial', até que morrem.

vezes desde o nascimento, a dar-lhe a bebida, sem conhecer as nocivas consequências desse 'remédio cordial', até que morrem. Se o organismo da criança resiste aos efeitos do ópio, maior quantidade é administrada. Se o 'cordial' já não causa efeito, se agrega láudano, e se administram 15 a 20 gotas por vez. (...)

A lista de mortalidade, principalmente, aumenta a cifras altas do grande número de crianças da classe operária que morrem. O corpo delicado de uma criança resiste menos às influências desfavoráveis de uma baixa condição de vida; o abandono a que está sujeita a criança dessa classe, se ambos os pais trabalham, ou se um deles morreu, se fazem sentir rapidamente seus efeitos, e não devem assombrar que, se como acontece em Manchester, segundo as estatísticas mencionadas, morrem, antes dos cinco anos, mais de 57% das crianças da classe operária, enquanto morrem somente 20% das classes superiores, e a média da mortalidade das crianças de menos de cinco anos, pertencentes a todas as classes, nos distritos de campo, não é nem sequer 32%. (...)

Fora as diversas enfermidades, que são a necessária consequência do moderno abandono e da moderna opressão sobre a classe operária, existem outras causas que provocam o aumento da mortalidade de crianças. Em muitas famílias, a mulher deve trabalhar fora de casa, como o homem, deixando em completo abandono seus filhos, que permanecem fechados, ou sob uma vigilância qualquer. Não é de estranhar, portanto, que centenas de crianças perdem a vida em todo tipo de acidentes.

(As citações foram extraídas do livro "A Situação da Classe Operária na Inglaterra", Engels)

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Nesta edição:

- **Argentina:** Longe de estar resolvido, o problema da moradia se agravará.
- **Bolívia:** Devemos exigir do governo impostor, que diz ser dos explorados e oprimidos, nossas reivindicações.
- **Bolívia:** O movimento fabril deve superar a luta setorial e a esperança de que o novo governo possa resolver os seus problemas.
- **Guatemala:** Levante operário e popular.
- **Índia:** A maioria nacional oprimida se insurge contra o governo.
- **França:** Sintomas da decomposição da democracia burguesa
- **Irã:** Derrotar o terrorismo imperialista-sionista com os métodos da luta de classes.
- *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional

Argentina

**Longe de estar resolvido,
o problema da moradia se agravará**

Nos últimos dias, foi anunciado o novo plano habitacional do governo Alberto Fernández, em meio a um burburinho geral. Argumentam que, desta forma, as ocupações de terra permanecerão no passado, porque o governo resolverá o déficit habitacional estrutural da Argentina. O excesso de otimismo contrasta fortemente com o miserável orçamento para 2021, isto é, contrasta com a política de Alberto Fernández.

A crise habitacional

A Argentina tem um déficit habitacional em torno 3.800.000 casas. Além disso, existem no país mais de 4.000 bairros populares (privados de direitos). Apesar de se converter no cavalo de batalha preferido de todas as eleições e politiquinhos burgueses, a promessa de sua solução permanece mil vezes não cumprida. O governo da Frente de Todos não é exceção a esta bandeira oportunista demagógica.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Territorial e Habitacional (extravagante pelo seu nome, insignificante pelo conteúdo) propunha a “abordagem abrangente para problemas relacionados ao habitat”. Mas, de acordo com dados oficiais, até setembro, não mais de 16% do orçamento havia sido executado nos bairros populares, nem mesmo os 31% do orçamento total do ano. Cuidadosamente resguardado pelo governo, para o pagamento pontual aos especuladores internacionais. Não foram capazes de cumprir sua pequena meta de construção de 5.500 moradias do “Programa Argentina Constrói” (os itens do orçamento nem foram cumpridos!).

Saúde e habitação andam de mãos dadas

María Eugenia Bielsa renunciou ao cargo de Ministra do recém-criado, no início de 2020, Ministério de Desenvolvimento Territorial e Habitacional, entre cujos objetivos figuram a urbanização de bairros informais, a oferta de infraestrutura básica, e equipamento comunitário. Em seu lugar, assumiu o prefeito de Avellaneda, Jorge Ferraresi. A saída prematura

de Bielsa é um sintoma do fracasso político. O novo coronavírus expôs, com particular evidência, que a crise habitacional não é simbólica: a falta de água, esgoto; superlotação brutal de bairros populares; a ausência de fossas; má ventilação das casas dos mais humildes, têm servido como caldo de cultura imbatível, para transformar a Argentina em um dos países mais atingidos pelo agente infeccioso, acima do Brasil, Estados Unidos e muitos outros. A política burguesa do isolamento condenou esta enorme camada da população (mais vulnerável, devido a problemas econômicos, e também a suas deficiências nutricionais) a sucumbir nas condições do verdadeiro confinamento.

As ocupações de terras ociosas revelaram – à sua maneira – que a resposta aos problemas cotidianos não virá de ne-

nhum governo burguês, por mais que encha a boca de palavrados, mas sim de sua própria organização, e com os métodos históricos de luta, recorrendo à ação direta de massa. E foi aí que entrou o fulgurante Ministério, abordando a problemática de forma “integral”, justificando despejos violentos e represões em todo o país. O cinismo transformado em bandeira.

O que virá?





O Orçamento Nacional para 2021, tendo em conta este “problema”, prevê a construção de 20.000 habitações, durante o ano. Em outras palavras, levaríamos apenas 190 anos para sermos capazes de resolver o atual déficit habitacional. Foi governador da Província de Buenos Aires, que, mais tarde, iniciou a obra, e anunciou o próprio “Plano de Habitação, Solo e Moradia 2020-2023”. Planejou a construção de 30.000 casas nos próximos 3 anos, começando com 10.000, em 2021.

Apesar de se justificar, dizendo que María Eugenia Vital construiu 2.000 mil moradias por ano, a ninguém escapa que a crise habitacional tem seu epicentro na Província de Buenos Aires. A mesmíssima Mayra Mendonza, de Quilmes, garantiu que, em seu município, se construiriam um mínimo de 40.000 moradias. Isto é, o otimista Plano Bonaerense (que já antecipamos que não será cumprido, nem remotamente) não consegue resolver nem mesmo o problema de um dos 135 municípios bonaerenses.

Em se tratando de planos, há que recordar o ProCreAr, que é disputado pelo Ministério do Desenvolvimento Social de Daniel Arroyo, o Ministério do Desenvolvimento Territorial e Habitacional de Ferraresi, e organizações de desempregados (com cargos em ambos). Mas, o Plano ProCreAr só nos mostra 43.501 microcréditos, para adquirir materiais de construção, construção de 800 moradias, e 21.000 obras de melhorias habitacionais. Isto é, um novo anúncio retumbante de pernas bambas.

Como vimos, não será no próximo ano, nem sob o mandato desse governo, que os oprimidos terão respostas ao gigantesco problema da moradia. Mas, a experiência ensina que tampouco será resolvido pelos politiquieiros opositores, que usufruem desses conflitos, para capitalizarem como futuros candidatos.

Uma política impotente, expressão de uma classe incapaz

Como vimos, não será no próximo ano, nem sob o mandato desse governo, que os oprimidos terão respostas ao gigantesco problema da moradia. Mas, a experiência ensina que tampouco será resolvido pelos politiquieiros opositores, que usufruem desses conflitos, para capitalizarem como futuros candidatos.

A 200 anos do nascimento do fundador do socialismo científico, juntamente com Marx, Frederick Engels, tomamos como nossos seus enunciados no folheto

“Contribuição ao Problema da Habitação”: “(...) Enquanto existir o modo de produção capitalista, será absurdo querer resolver isoladamente a questão da habitação, ou qualquer outra questão social que afete o destino do operário. A solução reside unicamente na abolição do modo de produção capitalista, na apropriação pela classe operária de todos os meios de subsistência e trabalho”.

A burguesia no poder é incapaz de resolver o problema da moradia, porque não ataca – nem pode – a raiz do problema, que é a grande propriedade privada capitalista, fonte de toda opressão e violência. Somente a classe operária pode desenvolver uma política contraposta à da burguesia, capaz de conquistar as reivindicações, em sua luta por se constituir em direção da nação oprimida, para materializar seu próprio Estado. Isto é, a luta por resolver a questão da moradia é uma luta contra a burguesia e seus governos, e pela ditadura do proletariado.

(Extraído do Jornal massas, nº 383, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Bolívia

Devemos exigir do governo impostor, que diz ser dos explorados e oprimidos, as seguintes reivindicações:

Um decreto que obrigue os patrões a reincorporarem todos os trabalhadores demitidos!

Toda fábrica fechada deve ser estatizada, sob o controle operário coletivo!

Nada de flexibilização no pagamento do 13º salário!

Nada de congelamento dos salários!

Salário mínimo vital, com escala móvel!

Podemos adiantar que o governo do MAS não fará nada disto, porque a sua política reformista pró-burguesa subordina as reivindicações dos explorados aos interesses dos empresários, da burguesia agroindustrial do Oriente, dos banqueiros, dos grandes comerciantes importadores, etc. E subordina também os interesses do país aos das multinacionais, saqueadoras dos nossos recursos naturais. A experiência de quase 14 anos do governo do MAS certifica de forma contundente o que dizemos.

Os trabalhadores afetados pelo massacre branco, que aplicam os empresários, a título da crise, agravada pela pandemia – além dos que, para não serem demitidos, são obrigados a renunciar aos seus direitos trabalhistas e sociais conquistados –, não podem perder de vista que, para defender as nossas fontes de trabalho e nossos direitos, pisoteados descaradamente pelos patrões, devemos atuar unidos, em uma só frente de luta.

A luta setorial é o pior erro. Pior ainda é ter ilusões que o novo governo do MAS vai resolver cada um dos conflitos em separado, seguindo o labirinto de trâmites legais, que só servem para dilatar, até o infinito, as reivindicações trabalhistas, para que se percam no cansaço.

Esse é um caminho seguro para a derrota. Estamos diante de um conflito aberto de interesses entre operários e patrões. Isso se chama luta de classes.

Luta unitária para vencer!

Morte à burocracia sindical vendida ao governo!

Viva a independência sindical e política dos trabalhadores!

Recuperar as nossas organizações sindicais das mãos dos massistas!

Que a crise seja paga pelos ricos!

Com o POR ao socialismo

(Extraído do Jornal Massas, nº 2629,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

O movimento fabril deve superar a luta setorial e a esperança de que o novo governo possa resolver os seus problemas

A particularidade do movimento é que são vítimas de um massacre branco, pelo fechamento das fábricas, demissões massivas e imposição patronal de uma dura flexibilização trabalhista. A patronal tomou a orientação geral de chantagear os trabalhadores, com a ameaça: “Ou os trabalhadores aceitam trabalhar sob novas condições, que significam redução de pessoas, dos soldos e salários, a privação de suas conquistas sociais, e outros benefícios, como o descanso semanal, as férias anuais, assim como a repressão à atividade sindical, etc. Ou fecha a fábrica”. Os trabalhadores, diante da ameaça de demissão, acabam,

em muitos casos, cedendo às pressões da patronal, e se submetendo às condições draconianas impostas.

Porém, com algumas variantes nas condições concretas do trabalho que desenvolvem, do tipo das empresas a que pertencem (se são dependentes das miseráveis empresas nacionais, ou de poderosas multinacionais, que proporcionam melhores condições de trabalho), todos estão conscientes de que, cedo ou tarde, pode chegar a hora de terem a mesma sorte daqueles que já se encontram nas ruas, exigindo o seu direito de readmissão ao posto de trabalho.

Também é certo que aqueles que ainda se encontram empregados sentem grande solidariedade por seus companheiros demitidos, mas têm uma barreira que não lhes permite expressar a sua solidariedade com as mobilizações. Em Cochabamba, por exemplo, vencido o cerco da burocracia sindical, realizaram duas mobilizações, e não puderam continuar com outras, porque receberam a pressão de suas empresas e das próprias direções sindicais controladas pelo MAS, que atuam como serviços da patronal. Nestas condições, o terror da demissão se apodera deles.

Juntamente com os obstáculos que surgem no trabalho da generalização da mobilização, persiste a crença de que, setorialmente e recorrendo aos caminhos legais, podem resolver os seus problemas. Por exemplo, os demitidos da PROSIL conseguiram uma sentença judicial favorável, e estão esperando que a empresa cumpra com a decisão correspondente; a possibilidade de que isto ocorra é incerta, e pode derivar na desmoralização dos trabalhadores.

Como se pode observar, esse processo de inserção do movimento fabril nas grandes mobilizações unitárias, que permitiria saltar de um movimento sindical e setorial para a luta de classes, diante

do Estado burguês, está cheio de contradições, que teriam de ser superadas no caminho, quando os combatentes fossem conquistando maior confiança em suas ações.

Os fabris, por serem o setor do proletariado mais vulnerável aos efeitos da crise econômica, por causa do miserável desenvolvimento industrial do país, têm de dar saltos no desenvolvimento de sua consciência política. O tempo e as ações concretas que irão assumir jogam um papel importante neste processo. A adoção precipitada e inadequada de algumas medidas pode ter consequências negativas na maturação política e organizativa da classe. Contrariamente, o imobilismo

e a postergação indefinida de ações no tempo podem acabar esfriando as mobilizações e desorganizando a classe. Neste período, é importante assumir as ações mais adequadas, que impulsionem sempre a classe para a frente, as mesmas que devem ser adotadas, levando em conta as modificações também concretas, que se dão no desenvolvimento da situação política. A burocracia sindical será varrida do cenário, somente na medida em que a classe se incorpore massivamente na mobilização.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2629, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Guatemala

Levante operário e popular



Há duas semanas, foi aprovado pelo Parlamento guatemalteco o orçamento, apresentado pelo governo, para 2021. O projeto pretendia elevar a dívida externa, até atingir os US\$ 28,5 bilhões, aumentando o passivo em 41,2%, até 2023. Se distribuído esse montante entre os habitantes, cada um deles passaria a “dever” US\$ 1,69 mil (a média do ganho salarial não supera os US\$ 1,5 mil).

Aprovado o orçamento, o Fundo Monetário Internacional (FMI) comprometia-se a liberar recursos, para enfrentar os graves problemas, derivados das crises pandêmica e econômica. Mas, ao preço de exigir privatizações, cortes na educação e a saúde, e que se aplicassem contrarreformas trabalhistas e previdenciárias. Aceitar esse plano, quando a metade da população vive na pobreza, e as tendências de luta das massas vêm dando um salto à frente, em vários países da América Latina, foi um brutal erro do governo. Os levantes, protestos e greves vêm desfazendo a esperança burguesa de que as massas aceitariam passivamente a violenta ofensiva. É o que se comprovou, quando o país foi tomado por massivos e radicalizados protestos contra o orçamento (milhares de manifestantes chegaram a incendiar o Congresso).

O presidente Giammattei decidiu tentar esmagar a revolta com brutal repressão. As massas guatemaltecas não arrefe-



Os levantes, protestos e greves vêm desfazendo a esperança burguesa de que as massas aceitariam passivamente a violenta ofensiva.

É o que se comprovou, quando o país foi tomado por massivos e radicalizados protestos contra o orçamento (milhares de manifestantes chegaram a incendiar o Congresso).

ceram a sua ofensiva. Esse embate não se limitou ao choque das massas como o governo entreguista. Emergiu também a resistência de uma fração burguesa à aprovação do orçamento. O Comitê de Associações Agrícolas, Comerciais, Industriais e financeiras (Cacif) exigiu que se revogasse o projeto. A Associação de Câmaras de Comércio Binacionais (Ascabi), da Câmara Guatemalteca de Alimentos e Bebidas e a Câmara Empresarial de Comércio e Serviços, seguiram a mesma linha de resistência institucional. A mobilização popular e o descontentamento de parte da burguesia impulsionaram a crise política.



(...) as revoltas põem à luz do dia as tarefas democráticas, mas não têm como encarná-las, como parte da revolução social, proletária e socialista. O fato de a classe operária ser minoritária e pouco desenvolvida não a impede de se constituir como direção das massas, uma vez que é parte do proletariado mundial, em particular do latino-americano.

O vice-presidente, Guillermo Castillo, declarou, ainda que em tom de chantagem, que ele e Giammattei deveriam renunciar, e abrir caminho a uma solução pacífica do conflito. O presidente se negou a dar esse passo, e os parlamentares rejeitaram convocar eleições antecipadas. O imperialismo se mostrou firme em manter o governo entreguista. Finalmente, o governo e o parlamento decidiram retirar o projeto, e convocaram as negociações, visando a estabelecer um entendimento, às costas dos explorados.

Na base desse convulsivo processo, acha-se a estruturação histórica do país, como fornecedor de matérias-primas ao mercado mundial. A produção agrícola, controlada pelos latifundiários e agroindustriais, corresponde a 85% do PIB. Um quarto do PIB, dois terços das exportações e metade da força de trabalho concentram-se na produção de cana-de-açúcar, café e banana (principais fontes dos lucros monopolistas e de ingressos das exportações). Pequenas propriedades camponesas e terras comunitárias indígenas abastecem o mercado interno, com milho, feijão, arroz, trigo, carne, etc. O que se reflete, por sua vez, no raquítico desenvolvimento da indústria.

Adquira com o distribuidor de Massas:

40 anos do Golpe militar no Chile

R\$6

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

40 anos do golpe militar no Chile, é necessária e imprescindível a criação do Partido Operário Revolucionário

Textos: POR - Chile, Argentina, Bolívia e Brasil

Situação política mundial

Não por acaso é que grande parte dos produtos essenciais à produção – e que se repassam aos preços internos – são importados: petróleo, materiais de transportes, maquinaria, ferramentas, etc. Como se vê, a permanência do latifúndio e o avanço da agroindústria monopolista condicionaram o baixo desenvolvimento industrial, e um amplo mercado interno. O que se reflete ainda na fraqueza social do proletariado industrial. E assim as formas atrasadas pré-capitalistas continuaram a ser um fator econômico de grande peso na economia combinada da semicôlônia, e fonte da luta de classes.

A existência de uma maioria indígena (41% da população total) e camponesa está na base dos permanentes conflitos sociais pela posse e usufruto das terras. Somam-se às necessidades das massas agrárias, a dura situação dos assalariados, pequenos comerciantes e artesãos das cidades, que se vêem obrigados a se chocar com os go-

vernos e os monopólios, que controlam os intercâmbios comerciais, fixam os preços internos, sugam os recursos orçamentários e, assim, empobrecem constantemente as massas urbanas.

Os explorados somente começarão a se libertar da velha e caduca cadeia da opressão do colonialismo e do capitalismo semicolonial se colocando pela resolução das tarefas democráticas. Está aí por que, a cada enfrentamento geral, emerge a necessidade de romper a dominação imperialista, resolver a questão da terra e das nacionalidades indígenas. O programa de independência nacional e revolução agrária sintetizam as tarefas democráticas.

A não solução dessas tarefas democráticas esteve na base da formação da guerrilha, que convulsionou o país, de 1963 até 1996, assim como a chamada “Revolução de Outubro”, que, em 1944, abriu passagem à tentativa do nacionalismo burguês de estabelecer um certo controle estatal sobre as riquezas nacionais e impulsionar uma limitada Reforma Agrária. O imperialismo não compactuou com a ultralimitada expropriação das terras ociosas, mesmo que sob indenização. Essa síntese é suficiente para demonstrar que a burguesia nacional nasceu atrelada aos interesses imperialistas, e é congenitamente incapaz de cumprir as tarefas democráticas. De forma que não há como a burguesia e oligarquias assumirem a diretriz do FMI, sem atingir os interesses mais elementares da maioria oprimida.

O problema, no entanto, reside em que o proletariado guatemalteco, e em particular sua fração agrícola, ainda que como minoria e como a classe revolucionária por excelência, tem de dirigir programaticamente a revolta da maioria dos camponeses, indígenas, artesãos e pequenos comerciantes. Objetivamente, as revoltas põem à luz do dia as tarefas democráticas, mas não têm como encarná-las, como parte da revolução social, proletária e socialista. O fato de a classe operária ser minoritária e pouco desenvolvida não a impede de se constituir como direção das massas, uma vez que é parte do proletariado mundial, em particular do latino-americano. O fundamental do problema está em que necessita do partido revolucionário. A vanguarda com consciência de classe tem a seu favor a potenciação da revolta instintiva dos explorados e oprimidos, para voltar suas energias à elaboração do programa da revolução e ditadura proletárias.

Índia**A maioria nacional oprimida se insurge contra o governo**

Com uma greve geral que confluuiu com protestos de milhões de camponeses pobres, a Índia percorre o caminho de levantes operários e populares, que vêm ganhando projeção na Ásia. Trata-se da luta de classes, por meio da qual as massas passam à ofensiva, em defesa de suas reivindicações e condições de vida, contra as medidas antinacionais e antipopulares, ditadas pelo capital financeiro e monopólios ao governo nacional-chauvinista de Narendra Modi.

O alvo dos protestos foi o plano do governo de revogar quatro itens das leis trabalhistas, retirando direitos e benefícios (a exemplo da jornada máxima de 8 horas, de forma que os trabalhadores poderão ser obrigados a trabalhar 12 horas), além de alterar regras para a formação de sindicatos. Os operários exigem também um aumento do salário-mínimo, subsídios às famílias pobres e aos desempregados, e que se proíbam a privatização e desnacionalização de empresas do setor público.

Por sua vez, os camponeses exigem que se revoguem três leis agrícolas, que acabam com as garantias de vendas a preços mínimos, e armazenamento de produtos agrícolas (leis que têm protegido, por décadas, os camponeses indianos da livre concorrência capitalista na produção agrícola). Bem como as que desmantelam o Comitê de Comercialização de Produtos Agrícolas, e reduzem os

créditos subsidiados aos camponeses, para, assim, criar as condições de sua expulsão das terras. Ou seja, contra o desmonte da limitada legislação agrícola, que protege 85% das famílias camponesas, que possuem menos de 2 hectares. Para as entidades camponesas, o governo pretende facilitar a concentração e centralização da terra e recursos, bem como a fixação de preços monopolistas, que iriam favorecer a agroindústria e latifundiários.

O fundamental do movimento grevista e camponês de 26 de novembro reside em que mais de 250 milhões de operários e assalariados (da construção, ferroviários, têxteis, bancários, indústria manufatureira e militar, serviços, etc.), e milhões de camponeses (reunidos em 300 organizações sindicais) mostraram que os explorados não estão dispostos a arcar com a destruição de suas condições de existência. E que a confluência e solidariedade de camponeses e operários demonstraram a via da unidade nacional, sob uma mesma plataforma comum de reivindicações e métodos próprios de luta. Essa via estabeleceu uma aliança operária e camponesa.

Seu conteúdo político imediato está dado pelo ataque do governo às suas condições de vida e, particularmente, pelo crescente desemprego, que se tem agravado, devido ao deslocamento de milhares de assalariados ao campo, na procura de meios de sustento. Enquanto seu conteúdo so-

cial expressa os choques entre operários e capitalistas, pela apropriação da mais-valia, de um lado; e da pequena parcela camponesa com a grande propriedade agroindustrial, pela posse e usufruto das terras, de outro.

São essas manifestações dos choques entre a esmagadora maioria nacional oprimida – que reúne milhões de assalariados urbanos e agrícolas e camponeses pobres – contra uma ultra-minoria capitalista e latifundiária, apoiada na alta-burocracia do Estado, e voltada a atender os interesses do imperialismo.

Está aí colocada em toda sua importância a necessidade da vanguarda com consciência de classe em construir o partido marxista-leninista-trotskyista, objetivando penetrar no seio das massas, com a estratégia do governo operário-camponês. A unidade entre a classe operária e os pobres do campo possibilita lutar pelo programa de expropriação do grande capital. Por esse caminho, torna-se possível a constituição de uma frente única anti-imperialista, necessária para resolver as tarefas democráticas, como a independência da Índia, a revolução agrária, a nacionalização das terras e a transformação da grande produção agroindustrial em propriedade coletiva, socialista. A estratégia da luta por um governo operário e camponês é decisiva para o movimento da massas derrotar a ofensiva antinacional e anti-popular do governo Narendra Modi.



França: aprovada nova lei de “Segurança Global”

Sintomas da decomposição da democracia burguesa



A decomposição da democracia burguesa e o definhamento do Estado de direito decorrem das tendências de desagregação capitalista, e da necessidade de proteger os lucros monopolistas à custa da pauperização e miséria das mais amplas massas. Tais tendências na política burguesa espelham o percurso da crise, agravada pela paralisia resultante da pandemia.

Em 28 de novembro, 300 mil pessoas tomaram as ruas do país, em protesto contra a nova lei de “Segurança Global”, aprovada em 24 de novembro, na Assembleia Nacional, por 388 votos a favor, 104 contra, e 66 abstenções (o Senado terá até janeiro de 2021, para avaliar sua constitucionalidade, aprová-la ou rejeitá-la). Sindicatos operários, partidos e correntes de esquerda, estudantes, juventude oprimida, grupos dos direitos dos imigrantes, ativistas ambientais e “coletes amarelos” confluíram no combate ao reacionarismo do governo Macron.

O essencial da lei reside em que proíbe a gravação e publicação de imagens e vídeos de ações policiais, sob a justificativa de “proteger a quem nos protege”, como destaca em seu artigo 24. Segundo consta, qualquer jornalista ou cidadão está proibido de “filmar membros das forças de segurança com a intenção de prejudicar a sua integridade física ou mental”, bem como imagens “que permitam identificar um policial”, podendo ser punido com até um ano de prisão, e € 45 mil de multa. Outros artigos restringem o direito a manifestação, que deverá ser autorizada pelo governo e pela polícia. Permite-se ainda o uso de drones, vigilância eletrônica, e espionagem cibernética sobre agrupamentos considerados “radicais”, a exemplo de minorias religiosas radicalizadas e partidos “extremistas”.

A lei foi aprovada um dia depois de uma ação policial desmontar violentamente um acampamento de imigrantes em Paris. A maioria dos migrantes – oriundos do Afeganistão, da Somália

e da Eritreia – exigiam se lhes garantissem alojamentos emergenciais. Uma semana antes, a polícia desmantelou um acampamento com 2,4 mil imigrantes.

Nota-se que o governo francês é incapaz de prover condições de moradia e trabalho aos imigrantes. Ao contrário, faz das reivindicações um caso de polícia. O mesmo se tem passado com greves, manifestações e movimentos, que entram em choque com as medidas antioperárias, antipopulares e autoritárias do governo e do patronato. São corriqueiras as notícias de ações racistas e violentas da polícia, contra imigrantes e a juventude oprimida. Dezenas de jovens de bairros operários e pobres já tombaram sob as balas de policiais, somente no último período. Eis por que grande parte da população não compactua com em acionar a polícia, e rejeita sua truculência, contra o que considera reclamações legítimas. Destacam-se, nesse cenário, o crescimento das denúncias penais e processos judiciais contra membros das forças repressivas, que, em alguns casos, acabam, ainda que limitadamente, condenados ou licenciados.

Houve setores da burguesia que alertaram ao governo dos perigos dos ataques à liberdade de imprensa e informação, que a nova lei estabelece como política de Estado. E exigiram se modificasse o artigo 24, explicitando que garantirá à imprensa o direito de publicar imagens e vídeos, que não sejam “mal-intencionados” e não visem a “prejudicar propositalmente” aos policiais. Há setores que defendem a condenação de policiais que “excedem” suas funções, como uma forma de fortalecer uma imagem positiva da própria polícia. Outros alertam ao governo dos perigos para o Estado de direito, se provada a lei. Entretanto, não passam de resmungos, visando a obter modificações parciais em favor de setores monopolistas da imprensa; ou visam a fortalecer as ilusões democráticas entre as massas no regime político, evitando assim a radicalização dos protestos.

Mas, o certo é que a lei de “Segurança Global” expressa, no campo das relações jurídicas, o avanço dos métodos repressivos do Estado, colocados a serviço das contrarreformas, ditadas pelo capital financeiro. A decomposição da democracia burguesa e o definhamento do Estado de direito decorrem das tendências de desagregação capitalista, e da necessidade de proteger os lucros monopolistas à custa da pauperização e miséria das mais amplas massas. Tais tendências na política burguesa espelham o percurso da crise, agravada pela paralisia resultante da pandemia.

O problema para o governo está em que se mantêm as tendências da luta de classes, que vem assombrado a burguesia e seus sucessivos governos. Lembremos, rapidamente, os levantes de bairros operários e miseráveis contra a violência policial, o movimento nacional dos “coletes amarelos” e, fundamentalmente, a greve nacional de 2017, que se destacou pelas ocupações de fábricas, a tomada de reféns entre diretores de empresas, realização de bloqueios, e procura das massas à auto-organização.

A confluência desses convulsivos fatores econômicos, sociais e políticos e a experiência de resistência das massas, nos últimos

cinco anos, vinham demonstrando ao governo Macron que a retomada das contrarreformas e das privatizações teria de recrudesacer a violência do Estado contra a disposiçao de luta da classe operária, da camada arruinada da classe média, da juventude desempregada e dos imigrantes oprimidos. De maneira que, quando os sindicatos policiais passaram pressionar o governo, para protegê-los judicialmente dos processos que assombram as suas fileiras, Macron decidiu passar à ofensiva, oferecendo impunidade às forças policiais, e fortalecendo o Estado policial.

É com essa compreensão que a vanguarda com consciência de classe do país deve trabalhar no seio dos explorados e demais oprimidos, desenvolvendo e ampliando o instinto de revolta, e

elevando politicamente os setores destacados do movimento operário e popular, trabalhando para que mantenham a confiança nos métodos da luta de classes. A aplicaçao da tática da frente única operária permitirá aos explorados avançarem em sua organizaçao coletiva e independente.

Em toda a parte, assistimos ao recrudesimento da luta de classes, e, contraditoriamente, à crise de direçao revolucionária. A França, infelizmente, não é exceçao. Está posta a tarefa de erguer o partido marxista-leninista-trotskyista, recuperando as mais avançadas tradiçoes do marxismo. Lutamos, no Brasil, para que os explorados apoiem e aprendam com a rica experiência do proletariado francês.

Irã

Derrotar o terrorismo imperialista-sionista com os métodos da luta de classes

O assassinato do físico nuclear iraniano, Mohsen Fakhri-zadeh-Mahabadi, peça-chave no programa de desenvolvimento atômico do país, e chefe da *Organizaçao de Pesquisa em Inovaçao do Ministério da Defesa* do Irã, na manhã de sexta-feira (27), indicou que os imperialistas e sionistas não abandonaram seu objetivo de derrocada do regime nacionalista burguês.

Segundo o jornal *The Times of Israel*, o assassinato constituiu um ponto alto do “plano estratégico israelense” de longo prazo, que visa a impedir o Irã de desenvolver uma poderosa base científica da indústria armamentista. De forma que, assinala, sua morte privou o país “de uma fonte insubstituível de conhecimento”. Depois de inúmeros atentados fracassados, ao longo de quatro décadas, contra a sua pessoa, por “vários primeiros-ministros” israelenses, e “vários agentes” da Mossad (agência de inteligência israelense), coube a Benjamim Netanyahu cumprir o objetivo terrorista do Estado de Israel.

Evidentemente, nada teria feito o regime sionista, sem a aprovaçao do governo norte-americano. Tudo indica que o assassinato, pelos Estados Unidos, do General Qassem Soleimani, chefe do esquadrão de elite Quds (unidade especial do Exército dos Guardiões da Revoluçao Islâmica), em 3 de janeiro de 2020, com um ataque realizado por drones no aeroporto de Bagdá (Iraque), constava desse plano sionista, e que é o produto dos planos do imperialismo norte-americano no Oriente Médio.

São esses atos de guerra dos saqueadores e genocidas do mundo contra as nações oprimidas. Os monopólios e o capital financeiro, há muito tempo, vêm preparando uma intervençao militar contra o Irã. Momentaneamente adiada, após Barack Obama impor um acordo de controle sobre o desenvolvimento e enriquecimento de urânio.

O regime nacionalista, premido pelas tendências de desagregaçao social, pelo brutal cerco econômico, e condicionado pelas manobras das burocracias russas e chinesas, procurou levar ao máximo o cumprimento do acordo, até o limite em que não se configurasse um capitulaçao e colocasse em risco a existência do regime teocrático. Trump evidenciou que não bastou que o Irã cedesse uma posiçao depois de outra para, assim, afastar o intervencionismo imperialista-sionista.

O problema de fundo reside em que a existência do regime

nacionalista-burguês é um entrave ao expansionismo dos monopólios pela região. A sua remoçao pela via do cerco econômico não teve êxito, embora tenha provocado um golpe em suas forças produtivas. De forma que os Estados Unidos e Israel retomaram a via da açao militar. Ou o Irã se rende, ou poderá enfrentar uma guerra. O país, que alcançou uma relativa autonomia sobre seus recursos naturais (no caso, o petróleo) e riquezas nacionais, deve ceder passagem ao controle monopolista.

Eis por que, desde a Guerra do Golfo, em 1990, foi traçada a via do intervencionismo, uma vez que se acha esgotada a divisao de territórios operada pela Segunda Guerra Mundial. De forma que as tendências bélicas decorrem do violento choque das forças produtivas, altamente desenvolvidas, com as fronteiras nacionais e as relações de produçao. Essa via foi expressa abertamente pela ruptura de Donald Trump do acordo, e pela passagem de seu governo aos ataques militares diretos. Há uma esperança de que, com Biden, se mudará completamente os rumos da política exterior norte-americana. Nada indica, porém, que os EUA poderão abdicar do objetivo de quebrar a espinha dorsal do nacionalismo iraniano.

É essa compreensão que deve guiar a política da vanguarda com consciência de classe do mundo todo, e fundamentalmente no Oriente Médio. A experiência histórica demonstra que não se derrotará o intervencionismo e o terrorismo imperialista-sionista, sem destruir suas bases materiais e políticas na região. Isto é, sem a expropriaçao revolucionária da grande propriedade privada monopolista. O que exige também varrer os governos títeres na região. Somente as massas oprimidas poderão cumprir essa tarefa anti-imperialista. Terão de se confrontar com a feudal burguesia, com a oligarquia sionista, e superar o nacionalismo. A vanguarda com consciência de classe tem de compreender, assumir e combater sob o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

O POR e o Comitê de Enlace pela Reconstruçao da IV Internacional – o Partido Mundial da Revoluçao Socialista – defendem o direito incondicional do Irã e de toda nação oprimida exercerem a autodeterminaçao. Lutam para que o proletariado e demais explorados saiam em defesa do Irã e contra o imperialismo-sionismo.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas anterior, expusemos algumas considerações e a conclusão de Lênin sobre as *“Teses e Informes sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado”*. Sintetizaremos os principais aspectos das 22 Teses.

A experiência histórica da Revolução Russa demonstra, na prática, os fundamentos marxistas da ditadura do proletariado, como necessária para a tomada do poder, e para o longo período de transição do capitalismo ao socialismo, que depende da revolução mundial. Ao lado desse objetivo, também se colocava a obrigatoriedade de manter a luta ideológica contra os revisionistas da II Internacional, que atacavam o bolchevismo, precisamente na doutrina da luta de classes, da derrubada violenta do poder burguês, e dos métodos da ditadura revolucionária para derrotar a contrarrevolução. De forma que as Teses constituíam a base programática da III Internacional comunista, que a diferenciava da II Internacional socialdemocrata.

Os partidos que deram vida à nova Internacional, portanto, tinham sua coesão e centralização mundiais determinadas pela concepção da revolução proletária, e do princípio da ditadura do proletariado. Eis por que Lênin inicia as Teses referindo-se ao ascenso do movimento operário em vários países, e o lugar dos agentes da burguesia nas organizações operárias, para desviá-lo de seu curso natural, e submetê-lo à democracia burguesa. Os revisionistas da II Internacional se esmeraram em deformar, mentir e atacar o princípio da ditadura do proletariado, e a falsificar o real fundamento da democracia parlamentar, que é o domínio da minoria burguesa sobre a maioria explorada, por meio de sua ditadura de classe.

Lênin rechaça e desmascara o *“argumento que emprega os conceitos de ‘democracia em geral’ e ‘ditadura em geral’”,* abstraindo o seu caráter de classe. Esse tipo de abstração serve à burguesia, para ocultar sua própria ditadura de classe. Basta se recorrer à história, para se constatar *“que nenhuma classe oprimida implantou, nem poderia implantar, sua dominação, sem atravessar um período de ditadura, isto é, de conquista do poder político e repressão violenta à resistência sempre oferecida pelos exploradores, uma resistência que é a mais desesperada, a mais furiosa, que não se detém diante de nada”*. Conclui: *“(…) a defesa da democracia burguesa na forma de discurso sobre a ‘democracia em geral’ e os atuais gritos e alaridos contra a ditadura do proletariado na forma de gritos sobre a ‘ditadura em geral’, são uma traição direta ao socialismo, são, na realidade, a negação do direito do proletariado à revolução proletária, e a defesa do reformismo burguês, precisamente no momento histórico em que o reformismo*

burguês fracassou em todo o mundo, e quando a guerra criou uma situação revolucionária”.

Lênin demonstra que os bolcheviques só fizeram aplicar o *“rigor científico de Marx e Engels”*, os que demonstraram *“que a república burguesa mais democrática não é senão uma máquina de repressão à classe operária pela burguesia”*. Os criadores do socialismo científico chegaram a essa definitiva conclusão com os acontecimentos da Comuna de Paris, em que o governo revolucionário não esmagou a burguesia, e esta recuperou o seu poder, esmagando os proletários insurretos.

As bandeiras de *“liberdade de reunião e liberdade de imprensa”*, utilizadas para atacar o governo soviético e a ditadura de classe do proletariado, escondem que, no capitalismo, jamais os explorados contaram com tais liberdades. Tratava-se, portanto, de rechaçar as manobras dos inimigos da revolução e do comunismo, que manejavam a *“democracia pura”*. O certo é que, *“para conquistar a igualdade efetiva e a verdadeira democracia para os trabalhadores, para os operários e*

camponeses, é necessário começar privando o capital da possibilidade de alugar escritores, comprar editoriais, e subornar publicações; mas, para isso, é necessário derrubar os capitalistas, derrubar os exploradores, e vencer sua resistência”.

Os marxistas, para defenderem a revolução e a ditadura do proletariado, precisam demonstrar à classe operária que *“quanto mais desenvolvida e ‘pura’ é a democracia, tanto mais aberta, aguda e implacável será a luta de classes, tanto mais ‘puras’ serão as opressões do capital e da ditadura da burguesia”*.

brutal repressão às manifestações e greves são evidências claríssimas de que a burguesia sustenta seu poder como uma ditadura de classe. A experiência da guerra imperialista de 1914-1918 retrata, sem atenuantes, como, do interior da democracia, se implanta a *“ditadura militar da burguesia”*. Lênin explica: *“Precisamente a guerra é que mais abriu os olhos dos trabalhadores, despojando a democracia burguesa de seu disfarce, mostrando ao povo o profundo abismo da especulação e do lucro, durante a guerra. (...) Em nome da ‘liberdade’ e ‘igualdade’, a burguesia fez a guerra; em nome da ‘liberdade’ e ‘igualdade’, os negociantes da guerra acumularam fortunas fabulosas. Nenhum esforço da Internacional amarela de Berna poderá ocultar das massas o caráter explorador, hoje totalmente desmascarado, da liberdade, da igualdade e da democracia burguesa”*.

No próximo jornal Massas, concluiremos a síntese das Teses e Informes sobre a Ditadura Burguesa e a Ditadura do Proletariado.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)